



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FURG - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
IE – INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL
MESTRADO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL



RAQUEL CUNHA CRUZ

UMA NOVA VIDA NA MESMA VIDA : UM ESTUDO DE CASO DE REINserÇÃO FAMILIAR

**RIO GRANDE
2010**

RAQUEL CUNHA CRUZ

**UMA NOVA VIDA NA MESMA VIDA : UM ESTUDO DE
CASO DE REINSERÇÃO FAMILIAR**

Dissertação apresentada como exigência parcial ao grau de Mestre ao Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande.

Orientadora: Prof^a. Maria Ângela Mattar Yunes.

**RIO GRANDE
2010**

FOLHA DE APROVAÇÃO

RAQUEL CUNHA CRUZ

UMA NOVA VIDA NA MESMA VIDA: UM ESTUDO DE CASO DE REINSERÇÃO FAMILIAR

Dissertação apresentada como exigência parcial ao grau de Mestre ao Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Angela Mattar Yunes (orientadora)
Universidade Federal do Rio Grande

Profa. Dra. Simone dos Santos Paludo
Universidade Federal do Rio Grande

Profa. Dra. Aline Cardoso Siqueira
Centro Universitário Franciscano (UNIFRA)

Data de aprovação: ____ / ____ / ____

RIO GRANDE

*A todos que acreditam e lutam pelas/com as famílias
por seu fortalecimento*

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é permeado por colaboradores com os quais interagi direta e indiretamente nos mais variados ambientes. Listarei assim, as relações contextuais desde a infância até hoje.

Inicio meus agradecimentos à Prof^ª. Dra. Maria Ângela Mattar Yunes pelo carinho recebido durante as orientações, sempre tão atenciosa, compreensiva e humana, sendo imprescindível neste processo.

Quero também agradecer a grande incentivadora e posso até responsabilizá-la por essa etapa de minha vida e integrante da comissão examinadora da defesa desta dissertação, Prof^ª. Dra. Simone dos Santos Paludo, pela qual tenho enorme carinho e admiração. A Prof^ª. Dra. Aline Cardoso Siqueira que gentilmente aceitou compor esta comissão e também colaborou para meu despertar sobre o ambiente institucional.

Ao CEP-Rua/FURG que me instigou e me provocou sobre as condições de vida das populações em situação de risco, agradeço por fomentar o espírito de pesquisadora. Nunca vou esquecer: “Se algum dia tivermos como “normal” as situações de risco deixamos de ser cepianos” . Obrigada!

À querida Cris que oportunizou a vivência e experiência de ser REDE FAMÍLIA, me contagiando ainda mais pela luta dos direitos da criança e do adolescente, ampliando meu olhar.

À equipe técnica do Rede, obrigada meninas pelas contribuições, disponibilidade e principalmente pelas discussões práticas que me fizeram mais próxima do processo de reinserção.

Às instituições de acolhimento que me acolheram tão afetivamente.

Às minhas grandes amigas Fê, Dani, Gisele e Camila pelo apoio e incentivo, e com as quais compartilhei as horas enlouquecedoras.

Muito obrigada aos meus pais, incansáveis pais, pelo amor, dedicação e exemplo de cuidado.

À minha irmã, Simone pela parceria nos momentos difíceis e de vibração.

Aos amores que constituem meu viver – Patrick e Pedro! Essa conquista realizamos juntos...

E não poderia esquecer de agradecer aos participantes que proporcionaram a riqueza deste estudo, mostrando que o afeto é paciente e primordial em uma família. Obrigada pelas aprendizagens.

E por fim, agradeço a todos que acompanharam essa construção apoiando, incentivando e compreendendo, as renúncias e sentimentos.

**Aproxima-se muito com uma tempestade
O impacto de tal acontecimento
Causando medo, dor e mudanças.
Mas como qualquer mau tempo
Espera-se pela calmaria, pelo sol.
O retorno ao lar
Carrega expectativas, de (re) começar,
De (re) construir.
E, principalmente o desejo por dias melhores.**

**O mau tempo passou
O sol brilha e nos aquece
Construir talvez seja uma tarefa que façamos diariamente
Talvez não sejamos os mesmos que o tempo deixou um pouco longe
Mas a calmaria trouxe os dias melhores bem melhores,
nos mostrou o quanto é bom o calor do abraço
(a Autora)**

Resumo

A institucionalização é uma medida de proteção em caso de ameaças ou violação dos direitos das crianças e adolescentes. Com caráter excepcional, provisório o acolhimento cumpri seu papel de amparo à criança em situação de risco até que as causas de sua institucionalização sejam resolvidas. A proposta deste trabalho é investigar e compreender o fenômeno da reinserção familiar ressaltando as percepções do adolescente, já que ele transita por dois importantes espaços de desenvolvimento: instituição e família, e, portanto devem ser consideradas as suas opiniões, crenças e sentimentos. Participaram deste estudo 1 adolescente de 13 anos acolhido em instituição não-governamental do município de Rio Grande por ser considerado vítima de negligência familiar e estar em processo de reinserção, o que inclui na pesquisa, a sua família E ainda, os três profissionais da equipe técnica. A metodologia de base é a inserção ecológica. Com a família, adolescente e equipe técnica foi utilizada uma entrevista semi-estruturada com questões que possibilitaram a exposição de concepções, idéias, pensamentos e sentimentos. Após o intervalo de seis meses do primeiro encontro com os participantes, a entrevista foi reaplicada com a família e adolescente. O Mapa de Cinco Campos foi utilizado para mapear a aproximação e expansão da rede de apoio social da criança. Os discursos dos técnicos entrevistados abordaram a amplitude da reinserção desde os primeiros contatos com a família, até o momento do desligamento final percebendo este movimento como positivo, desde que ocorra de forma protegida. Sublinham o desejo da família como fundamental e impulsionador do movimento de transição com maleabilidade e disponibilidade a se reorganizarem e se fortalecerem. Os resultados também apontaram a reinserção como oportunidade de reconstrução, sendo neste estudo, a figura paterna entendida como protagonista, além do repertencimento familiar durante o processo. No segundo momento, os dados apontaram um olhar positivo ao ajuste familiar, na qual a dinâmica flexibiliza até onde se percebe que há proteção do núcleo. Os resultados do Mapa de Cinco Campos demonstraram que durante o retorno à casa, o pai foi identificado como principal referência de apoio, seguido do irmão que transitava por todos os campos de interação do/com o participante. Em relação ao primeiro mapeamento, percebemos que a rede de contato do adolescente aumentou, e que o pai consolidou o vínculo afetivo com o menino. Pode-se pontuar que esta relação pai-filho impulsionou e determinou o sucesso de reinserção, percebida desde o início como uma nova oportunidade de estabelecer relações familiares que tornaram-se mais significativas e intensas com o convívio diário. A Rede de Apoio Social é apontada como fundamental para o trabalho com famílias, pois estende os vínculos sociais para além da instituição. Para auxiliar na compreensão dos sentidos atribuídos às experiências durante esta transição de ambientes, os dados qualitativos foram analisados a partir da *grounded-theory*. Os dados deste estudo visam a colaborar para um eficiente processo de retorno das crianças e adolescentes institucionalizadas ao seu ambiente familiar de origem. Além disso, pretende possibilitar uma transição ecológica de desenvolvimento que minimize as probabilidades de afastamento do acolhido de sua família.

Palavras-chave: instituição de acolhimento, adolescente, reinserção familiar.

Abstract

The family environment is widely seen as the main context for the development of children. However, for various reasons, some families may put the welfare of their children into risk. According to the ECA-Children and Adolescents Laws (Brazil, 1990) it is necessary to apply protective measures in the case of threats or violation of children and adolescents' rights. Institutionalization is one of the many alternatives for protection. This measure should provide an exceptional, temporary and fulfill its role of support to children at risk until the causes of institutionalization are resolved. The purpose of this study is to investigate and understand the phenomenon of family reintegration through highlighting the perceptions of the child, as she/he passes by two important spaces of development: family and institution, and therefore their views should be considered, along with their beliefs and feelings. In this study, a 12 year old boy from a non-governmental institution of Rio Grande and considered to be victim of neglect and due to the reintegration process, was included in the research, as well as his family and the three professionals that were part of the institution team. The methodology that based the investigation was the ecological engagement. A semi-structured interview was used with the family, the child and the professionals and allowed the exposure of concepts, ideas, thoughts and feelings. After the interval of six months from the first meeting with family and child the interview was reapplied. The Map of Five Camps was the instrument used to approach and expand the network of social support of the participant child. The speeches of the professional's team addressed the extent of the reinsertion from the first contacts with the family, seeing this move as positive, since it occurs securely. They also underlined that the desire of the family is crucial and will boost the movement of transition with flexibility and willingness to get reorganized and strengthened. According to the same interviewed professionals, the flow of successful reintegration will pass by the interdependence of desire and the flexibility of organization of the family dynamics with (re) gradual elaboration of the old roles and parenting. The results also indicated the reinsertion as an opportunity for reconstruction, as it was in the case studied. The father figure was seen as a protagonist, along with his perception of processuality and of (re)belonging to the family. In the second stage of this research, data indicated a positive look at the process of setting family together in which the dynamics relaxes up to where they realize that there was protection of the family. The results of the Map of Five Camps demonstrated that during the return to home, the father was identified as the main reference of support for the child, followed by the brother who transited through all fields of interaction of / with him. On the first mapping, it is seen that his network has increased and the contact between the child and the father consolidated emotional bonds. The relationship between father-son was determinant to the success of reintegration process perceived from the beginning as a new opportunity to establish family relationships that have become more significant and strong with daily living. The interconnection of the Social Support Network is seen as essential for working with families because social ties extend beyond the institution, as it enables the realization of a work of cooperation and focused on overcoming the weaknesses and the reinstitutionalization and revictimization to of children and adolescents. Te grounded-theory was used as a support to, analyze the qualitative data and helped to understand the meanings attributed to experiences during this transition movements. This study was designed to contribute to an efficient process to help the return of institutionalized children to their families of origin. Furthermore, it allows the development of an ecological transition that minimizes the likelihood of reinstitutionalization and the separation of children from their families of origin.

Key-words: shelter institution. institutionalized children. family reintegration.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	10
1 O AMBIENTE INSTITUCIONAL NA PERSPECTIVA DA ABORDAGEM BIOECOLÓGICA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO.....	13
2 TRAJETÓRIAS/CAMINHOS QUE CONDUZEM CRIANÇAS E SUAS FAMÍLIAS AO AMBIENTE INSTITUCIONAL.....	18
3 OS PROCESSOS DE RETORNO À CONVIVÊNCIA COM FAMÍLIAS E A REINserÇÃO FAMILIAR.....	24
3.1 Programas de Famílias Acolhedoras e Famílias Substitutas.....	26
3.2 Reinserção Familiar.....	28
3.2.1 <i>Reinserção Familiar e Resiliência Parental.....</i>	<i>30</i>
4 NEGLIGÊNCIA: O ROMPIMENTO DO PAPEL PROTETIVO DA FAMÍLIA.....	33
5 APEGO E A (RE)CONSTRUÇÃO DOS INDIVÍDUOS EM SUAS EXPERIÊNCIAS E RELAÇÕES.....	36
6 MÉTODO.....	49
6.1 Delineamento.....	39
6.2 Contexto.....	39
6.3 Participantes.....	40
6.4 Instrumentos.....	41
6.4.1 <i>Entrevistas Semi Estruturadas.....</i>	<i>42</i>
6.4.2 <i>Mapa dos cinco Campos.....</i>	<i>43</i>
6.5 Procedimentos.....	44
6.6 Considerações Finais	45
6.7 Análise de Dados	46
7 RESULTADOS.....	47
7.1 Dados da Inserção Ecológica: mergulho natural.....	47
7.2 As Entrevistas com a Equipe Técnica.....	50
7.2.1 <i>A Entrevista com Assistente Social.....</i>	<i>51</i>
7.2.2 <i>A Entrevista com a Psicóloga.....</i>	<i>52</i>
7.2.3 <i>A Entrevista com a Pedagoga.....</i>	<i>53</i>
7.3 A Entrevista com o Adolescente- José – 1ª etapa.....	55
7.3.1 <i>Resultados: 2ª. Aplicação Mapa dos Cinco Campos.....</i>	<i>57</i>
7.4 A Entrevista com o Responsável – 1ª etapa.....	59
7.5 A Entrevista com o Adolescente -José – 2ª etapa.....	62
7.5.1 <i>Resultados: 2ª. Aplicação Mapa dos Cinco Campos</i>	<i>63</i>
7.6 A Entrevista com o Responsável – 2ª etapa.....	65
8 DISCUSSÃO.....	68

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	76
REFERÊNCIAS.....	80
ANEXO A – ENTREVISTA COM A EQUIPE TÉCNICA DAS INSTITUIÇÕES.....	87
ANEXO B – ROTEIRO DE ENTREVISTA DE REINSERÇÃO PARA AS CRIANÇAS NA 1ª ETAPA.....	88
ANEXO C – ROTEIRO DE ENTREVISTA DE REINSERÇÃO PARA AS CRIANÇAS NA 2ª ETAPA.....	89
ANEXO D – ROTEIRO DE ENTREVISTA DE REINSERÇÃO PARA FAMILIARES NA 1ª ETAPA.....	91
ANEXO E – ROTEIRO DE ENTREVISTA DE REINSERÇÃO PARA FAMILIARES NA 2ª ETAPA.....	92
ANEXO F – INSTRUMENTO MAPA DOS CINCO CAMPOS.....	93
ANEXO F – TERMMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	94
TABELA 1 - ETAPAS DA COLETA DE DADOS E INSTRUMENTOS UTILIZADOS	42

APRESENTAÇÃO

Quando nos movemos em direção a algo que vai traduzir nossa postura enquanto profissionais, podemos até tentar ficar neutros, mas revelamos nas entrelinhas que carregam nossas concepções, as inquietações e provocações individuais de quem se descobre dia após dia. Vejo-me dessa forma, descobrindo-me a cada experiência e a cada interação com a alteridade que permeia o meu viver e o meu trabalho.

Meu olhar parece ganhar o horizonte na medida em que percebo o sentido sistematizado dos contextos e das pessoas que os constituem. Como pedagoga, acredito que educação acontece em todos os ambientes e que vai muito além do espaço escolar. Essa busca por “algo a mais” em outros espaços me apresentou a pesquisa e com esta descobri o poder das relações e a importância da humanização na prática profissional.

O ambiente hospitalar foi a primeira porta que apareceu como um espaço potencializador de interações, oculto em meio às prescrições e seriedades hospitalares. Através de uma pesquisa sobre atividades lúdicas com crianças hospitalizadas, percebi que as pessoas são importantes na medida em que se validam na “simples” (não tão simples...) atitude humanista com o próximo. As atividades lúdicas desenvolvidas neste espaço eram apenas as ferramentas de aproximação entre aqueles que ali estavam. Um “simples” espaço físico proporcionou não apenas às crianças que utilizavam os brinquedos, mas também aos profissionais e responsáveis, um momento de interação prazerosa em um ambiente com atribuições tão sérias.

Minha trajetória na pesquisa foi somando experiências que me conduziram até o presente momento. Atribuo responsabilidade pelas inquietações que me acompanham nesta fase, à participação no estudo que contemplava compreender desenvolvimento humano nos contextos da Rua, Escola e Instituição. Foi a partir daí que descobri o universo institucional, e este por sua vez se revelava a cada contato estabelecido. O aprofundamento teórico que o referido estudo exigiu proporcionou reflexões e necessidades que foram essenciais para minha atuação e constituição como pesquisadora.

Essa entrada em espaços desconhecidos estimulava a busca por metodologias e a inserção ecológica foi utilizada em um projeto de extensão que trabalhava práticas lúdicas com as crianças acolhidas em regimento institucional. Minha identificação foi intensa e posteriormente deixou de ser um modo de aproximação e tornou-se um compromisso pessoal com as crianças, já que assumi totalmente a realização dos encontros. O vínculo estabelecido

com elas proporcionou uma rica coleta de dados com muitas interpretações científicas e sentidos pessoais. As conversas com as crianças fizeram aflorar em mim um olhar mais abrangente e observador sobre aquele ambiente institucional. Suas percepções ficavam evidentes em suas falas. A partir deste momento comecei a buscar melhor compreender este espaço tão marcado por vulnerabilidade familiar e rotulações sociais.

O ajuste às características da Casa foi consequência, pois estranhava até o cheiro do ambiente. Comecei a refletir mais sobre as famílias daquelas crianças, e o que elas representavam em nossa sociedade. Em meio à aplicação de instrumentos validados, algumas crianças que tinham irmãos acolhidos em outras instituições declaravam que sentiam falta destes e falavam da felicidade quando os encontravam. Já aqueles que desfrutavam da companhia de irmãos na mesma instituição manifestavam a importância de ter alguém da família por perto. A necessidade do cumprimento do Estatuto – ECA (BRASIL, 1990) no que tange a não separação de irmãos, se traduzia nestes relatos. O desejo de pertença familiar ficava claro na valorização deste contato, o que me provocava ainda mais quando as crianças apontavam a importância de “ter sua família” de volta.

Não nos cabe julgar as famílias, mas sim constatar que estas são, de alguma forma, responsáveis por este afastamento. E, que mesmo assim crianças e adolescentes institucionalizados têm este apreço por elas e almejam o retorno ao seu lar de origem. Foi diante disto que projetei minha investigação neste ambiente, contemplando a percepção das crianças e o seu desejo do retorno para casa. Conduzida por este olhar busquei compreender como é percebido o momento de transição instituição-família e quais as etapas que caracterizam esse processo.

Sustentado pelo referencial teórico da Abordagem Bioecológica do desenvolvimento humano de Urie Bronfenbrenner (BRONFENBRENNER, 1979, 1996, 2004; BRONFENBRENNER; MORRIS, 1998), este estudo busca em última instância trabalhar pela valorização e preservação familiar (RODRIGO *et al.*, 2008) sistema este, inicial e primordial no desenvolvimento da criança. O estudo realizou-se a partir da ótica dos adolescentes, que diante das adversidades está lutando por sobrevivência social e (re) unificação familiar.

A pesquisa envolveu a participação do adolescente acolhido por negligência em processo de reinserção e de sua respectiva família, além da equipe técnica de profissionais que atuam nas instituições. Para nortear a construção da metodologia partiu-se de um mapeamento do perfil das famílias cujos filhos estão acolhidos, realizado através de consultas às fichas de registro de ingresso das crianças nas instituições a serem pesquisadas. A análise documental possibilitou uma aproximação sobre que famílias viviam a experiência de acolhimento

institucional, foi possível identificar sua composição familiar, tempo de acolhimento, bairro que residiam, situação atual de convivência familiar, se haviam irmãos acolhidos/ no mesmo ou em outra instituição, e as causas que ocasionaram a aplicação da medida de proteção. Este fato tornou relevante investigar concepções e sentidos de negligência, já que nos motivos de internação, as categorias citadas como: medida de proteção, as situações de risco e negligência pareciam pouco claras para justificar o ingresso das crianças na instituição de acolhimento.

Desta forma, a proposta de metodologia foi se constituindo a partir de dados iniciais que emergiram da inserção ecológica do pesquisador no ambiente institucional (conforme será apresentado adiante). Inicialmente este estudo contemplaria três casos, mas diante da realidade da cidade que vem incentivando a curta permanência institucional e as configurações de cada unidade no que tange ao desligamento institucional, verificou-se que as mesmas não tinham casos que pudessem atender os critérios de amostragem. Por isso, foi necessário fazer alterações na proposta que a partir daí, transformou-se em um estudo de caso único. A proximidade e familiarização com o contexto deu relevância aos aspectos julgados essenciais para a realização desta pesquisa.

Por fim, preparo-me para apresentar a investigação que vem preenchendo por completo minha identidade de pesquisadora, de educadora, e recentemente de mãe. O comprometimento com a Educação Ambiental instiga a procurar por melhorias de condições de vida nos diferentes ambientes. Dessa forma, espera-se que a pesquisa possa contribuir para elaboração de futuras metodologias de reinserção familiar neste e em outras cidades do Brasil. Este estudo vai ao encontro aos princípios da Educação Ambiental na medida em que busca articulações para uma sociedade eco-equilibrada, com saídas participativas que sistemicamente contenham o todo social, histórico e cultural.

1. O AMBIENTE INSTITUCIONAL NA PERSPECTIVA DA ABORDAGEM BIOLÓGICA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

A Abordagem Bioecológica de Desenvolvimento Humano (BRONFENBRENNER, 1979, 1996) vem sendo um referencial muito utilizado para as investigações realizadas no ambiente institucional, pois se refere ao “desenvolvimento de indivíduos em contexto”. Esta teoria tem subsidiado os estudos de vários autores (ARPINI, 2003; DE ANTONI, 2005; DELL`AGLIO, 2000; HUTZ, 2002; KOLLER, 2001; SIQUEIRA, 2009; YUNES, 2001) entre outros que pesquisam e refletem sobre a influência deste espaço no desenvolvimento daqueles que vivenciam ou já viveram a experiência da institucionalização. Este modelo prioriza um desenvolvimento contextualizado, pois, para Urie Bronfenbrenner, o meio e as múltiplas interações que o indivíduo estabelece com o mesmo são fundamentais para o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes. A inter-relação das dimensões de Processo, da Pessoa, do Contexto e do Tempo são os núcleos de análise utilizados para se compreender o desenvolvimento humano e intitula-se modelo PPCT (BRONFENBRENNER; MORRIS, 1998).

Sabe-se que o acolhimento¹ é proposto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) como medida de proteção que é utilizada quando os direitos da criança e do adolescente estão sob ameaça ou são violados. Muitas famílias brasileiras passam por etapas do processo de institucionalização, que na maioria das vezes têm na pobreza, as razões mais significativas e referidas de retirada das crianças e adolescentes de seus lares (SILVA, 2004).

Deve ser ressaltado que este acolhimento, em quaisquer circunstâncias, deveria ser provisório. No entanto, uma gama de fatores inter-relacionados, que vão desde o descomprometimento de alguns profissionais, até a desconexão da rede de apoio social (COSTA, 2005; JULIANO, 2005,), prolonga a estadia de crianças e adolescentes nas casas de acolhimento, tornando os processos de reinserção ao lar de origem, uma opção pouco provável. De qualquer forma, o ambiente institucional não deve ser considerado como substituto das famílias, mas sim como um espaço alternativo, transitório e de cumprimento de caráter social (YUNES; ARRIECHE; TAVARES, 1997). Os estudos sobre este assunto ainda são escassos, principalmente no que se refere às etapas de retorno à família de origem (SIQUEIRA; DELL`AGLIO, 2007).

¹Termologia que foi alterada na adequação do Estatuto em 2009.

Pessoas em situação de institucionalização interagem e transitam por diferentes contextos e estabelecem relações que podem (ou não) propiciar desenvolvimento humano saudável. O mapeamento dos sistemas de desenvolvimento do indivíduo segundo Bronfenbrenner (1979, 1996), revela quatro níveis de interação ecológica constituídos por macrossistemas, mesossistemas, exossistemas e microssistemas. O macro é a instância mais externa ao indivíduo, e envolve os valores, as crenças e as características da sociedade, as quais mesmo sem uma ação declarada refletem na organização dos sistemas de ordem inferior. O exossistema é definido por operar como uma extensão do nível que engloba estruturas sociais, às quais a pessoa não participa diretamente, mas que influenciam os contextos em que ela se encontra presente (BRONFENBRENNER, 1979, 1996; PORTUGAL, 1992). No caso de uma criança ou adolescentes em situação de acolhimento, essas estruturas mais distantes são representadas por ideologias e crenças dos órgãos detentores de proteção e auxílio ao bem estar da mesma, e constituem os mecanismos que operam a rede de apoio que têm como foco contestar e trabalhar a situação de risco em que a criança institucionalizada se encontra. Na seqüência desta apresentação dos sistemas de influência no desenvolvimento humano, o mesossistema pressupõe um conjunto de inter-relações entre dois ou mais sistemas proximais que integram o mapa ecológico do indivíduo. É o sistema que melhor representa a circulação que o indivíduo faz socialmente em diferentes espaços interagindo com pessoas, objetos e símbolos que os permeiam. A criança ou adolescentes em medida de acolhimento se movimenta da instituição para escola, da instituição para a família, e em alguns casos para casa dos padrinhos afetivos. Nogueira (2003) ressalta que essas situações possibilitam ao indivíduo exercitar responsabilidades de adaptabilidade às condições existentes. Em cada um destes contextos, a criança estabelece relações face a face, desempenha papéis e atividades, o que segundo Bronfenbrenner (1979, 1996) constituirá os seus microssistemas. Conforme citado, a instituição, escola, família de origem, geralmente em ordem de prioridade, são os microssistemas mais presentes nos casos de crianças institucionalizadas (YUNES; MIRANDA; CUELLO, 2004).

Usualmente a família é o microssistema mais referido como propulsor de desenvolvimento humano, pois as crianças estabelecem suas primeiras e significativas relações e vínculos de confiança no cenário familiar. Portanto, espera-se que a família desempenhe uma função de proteção, que preserve a criança e o adolescentes do risco, promova bem-estar, através da nutrição, segurança e conforto (DE ANTONI; KOLLER, 2002). A proteção idealizada nem sempre condiz com a realidade vivenciada, pois algumas

vezes por motivos diversos a inserção institucional de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, é inevitável.

É diante do panorama do movimento contextual de chegada/saída da criança/adolescente da instituição de acolhimento que este trabalho teceu a investigação a partir da ABDH e do modelo PPCT. O conceito de transição ecológica e sua influência no desenvolvimento dos acolhidos norteou as discussões advindas dos dados da pesquisa. Segundo Portugal (1992) para Bronfenbrenner as “transições ecológicas” são elementos base no processo de desenvolvimento. Para Bronfenbrenner (1979, 1996) “uma transição ecológica é decorrente de uma alteração na posição da pessoa no ambiente e assim constitui o cenário tanto para a ocorrência quanto para o estudo sistemático dos fenômenos desenvolvimentais” (p. 22). De Antoni (2000) aponta que a mudança de ambientes implica numa organização continua ao longo do tempo e espaço, e que as transições de vida, assim também chamadas, ocorrem sempre que a pessoa muda de contexto. Isto provoca mudanças de papéis, ambientes ou de ambos. Estas transições podem ser normativas, que configuram os movimentos esperados, como por exemplo, o ingresso na escola, casamento, primeiro filho, e as não-normativas que são aquelas mudanças súbitas de contexto, no qual se enquadra o acolhimento, pois não é esperado social e psicologicamente que uma criança ou adolescente deixe de conviver precocemente com seus familiares ou cuidadores mais próximos (VASCONCELOS; YUNES; GARCIA, 2009).

Legalmente a instituição de acolhimento é o espaço protetivo no qual a criança ou adolescente tem estadia enquanto as causas da institucionalização são trabalhadas e resolvidas por uma gama de profissionais. A legislação incumbe princípios, que, se cumpridos, podem tornar o período de afastamento mais curto, menos traumático e promotor de desenvolvimento. Entre estas incumbências está o comprometimento dos órgãos públicos sociais em assistir essas famílias, a fim de evitar a institucionalização prolongada destas crianças e adolescentes. (JULIANO, 2005).

A entrada em um novo contexto como o institucional, vai além de uma alteração de espaço, e significa, sobretudo, uma mudança que envolve a complexidade de fatores físicos e emocionais representados no espaço que objetiva a proteção. O acolhimento apresenta particularidades contextuais, aos quais se exige que as crianças e adolescentes adaptem-se. A coletividade dos espaços, as rotinas de atividades, e a convivência grupal com diferentes crianças e profissionais, constituem dinâmicas que requerem esforço e ajuste psicológico. Na perspectiva da ABDH pode-se dizer que as formas de relações interpessoais na instituição estarão alicerçadas às características e propriedades das interações, que são: reciprocidade,

equilíbrio de poder e relação afetiva (BRONFENBRENNER, 1979, 1996). A reciprocidade proporciona o engajamento das pessoas nas interações, e está ligada ao equilíbrio de poder, pois é importante que a situação transcorra de maneira balanceada entre os indivíduos em desenvolvimento. As relações afetivas se referem aos sentimentos pronunciados nas atividades e aumentam a probabilidade de processos de desenvolvimento.

Tendo como suporte o modelo PPCT pode-se ampliar a discussão ecológica em relação ao contexto institucional. O *Processo* que centraliza o modelo compreende as interações entre o ambiente e as características do sujeito em desenvolvimento. Os processos proximais são os “motores de desenvolvimento” (BRONFENBRENNER; MORRIS, 1998) e tratam das formas particulares de interação do organismo e o meio. O processo de institucionalização será significado por cada criança de uma forma única, pois suas interações são singulares, e, portanto os processos proximais se manifestarão e evoluirão conforme cada indivíduo. Estes podem ter efeito de competência, quando a criança desenvolve e administra de forma saudável a situação em relação ao seu desenvolvimento; ou resultam em efeito de disfunção quando se detectam dificuldades nas expressões de comportamento nos diferentes domínios de desenvolvimento (NARVAZ; KOLLER, 2004).

Neste cenário é importante citar que a *Pessoa* é um outro componente do modelo da ABDH a ser considerado. As características biopsicológicas e aquelas construídas a partir da interação com o ambiente podem ser produtoras e produtos de desenvolvimento e podem influenciar nos rumos dos processos proximais. A criança e o adolescente que chega ao ambiente institucional de acolhimento carrega consigo suas características e também as (re) constrói após o contato institucional. As características pessoais são influenciadas por três elementos: a força que coloca os processos proximais em movimento e os sustentam, sendo favorável à sua operação ou ao impedimento; os recursos pessoais que influenciam os processos, e referem-se à bagagem de experiências que efetivam o desenvolvimento; e as demandas que tratam das interferências que as características da pessoa podem causar no ambiente social.

O terceiro componente do modelo é o *Contexto*, que por sua vez engloba a interação dos quatro níveis ambientais anteriormente referidos e denominados microssistema, mesossistema, exossistema e macrossistema. Esta articulação entre os ambientes forma o ambiente ecológico no qual um nível está subcontido em outro sistematicamente. As conexões ou desconexões intercontextuais são importantes para o desenvolvimento daqueles que compõe este espaço.

O quarto componente do modelo em questão é o *Tempo*, que permite analisar os acontecimentos no decorrer do ciclo de vida da pessoa, bem como avaliar as influências da história processual no desenvolvimento humano, considerando os eventos e as transições. A temporalidade é fundamental, pois proporciona uma contemplação não momentânea do fato isolado, e sim da sua repercussão longitudinal no desenvolvimento, pois considera aspectos antecedentes e sucessores aos episódios em questão. No caso do acolhimento, esta dimensão é fundamental, pois pode ser crucial para que ocorra o fortalecimento ou a fragilidade dos vínculos entre a criança/adolescente e a sua família.

Conforme já exposto, esta investigação visa a priorizar a ótica do adolescente em processo de reinserção familiar, sem, no entanto esquecer os outros participantes da questão. Pesquisar estes processos de revinculação através do olhar, e dar voz e participação para aqueles que são atores fundamentais deste movimento mesossistêmico de instituição-família, parece essencial para a efetividade das intervenções. Segundo Fernandes (2007), os direitos de proteção vão além da ação em si e associam-se às margens de intervenção no cotidiano e privilegiam a ação e a voz das crianças. A autora refere-se ao paradigma de uma infância participativa:

Para a consolidação desta imagem da infância participativa, será, então, indispensável que os processos de participação infantil estejam presentes na organização dos quotidianos das crianças de uma forma sistemática (p. 253).

Portanto, fica justificado o apoio teórico da Abordagem Bioecológica pela importância atribuída à percepção do indivíduo de suas próprias vivências. Além de estudarmos o contexto em que o adolescente se encontra inserido, há que se relevar as implicações dos sentidos e significados atribuídos pelos jovens institucionalizados. Para tanto, é preciso ainda compreender os processos que motivam as retiradas das crianças e adolescentes de seus lares e seus conseqüentes ingressos.

2. TRAJETÓRIAS/CAMINHOS QUE CONDUZEM CRIANÇAS E SUAS FAMÍLIAS AO AMBIENTE INSTITUCIONAL

A institucionalização de crianças e adolescentes é uma medida aplicada com certa frequência às famílias que se encontram em situação de risco. Tal medida é preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) como uma ação protetiva da criança e/ou adolescente que se encontra ameaçado ou com seus direitos violados. Desse modo, é importante que se conheçam e compreendam os mecanismos que conduzem essas pessoas ao ambiente institucional.

As experiências que podem fragilizar o meio familiar decorrem de processos sociais, históricos e temporais. Fatores vão se somando até que se constitua uma condição de risco que de forma cumulativa compromete o bem estar e desenvolvimento dos envolvidos. Tais experiências de adversidades muitas vezes configuram um ambiente “expulsivo”, pois as instabilidades vividas dificultam as relações e propiciam situações de vulnerabilidade. Sabe-se que a família não é um sistema estático e fechado, e “a família não é algo” concreto, mas um fenômeno que se constrói a partir de elementos da realidade (GOMES; PEREIRA, 2005, p. 358). Para relacionar o afastamento da criança de sua casa e a vulnerabilidade dos grupos familiares há que se considerar quais os aspectos que comprometeram aquele ambiente como marco inicial. Portanto, para se chegar à retirada das crianças de suas casas, é preciso detectar quais situações se caracterizaram em reais eventos de risco. Deve-se ressaltar que a amplitude do que é considerado risco é muito extensa, pois trata-se de um conceito muito abrangente e que varia conforme o ângulo priorizado e as subjetividades comprometidas. Em um estudo teórico sobre resiliência, Yunes e Szymanski (2001) enfatizaram vários conceitos entre os quais, a noção de risco, que foi apresentada como processos dinâmicos que podem se configurar a partir de indicativos de conseqüências “negativas”, ou seja, de condições de vida experienciadas como adversas tais quais: violência, drogadição, privação de ordem afetiva, cultural e socioeconômica que desfavorecem o pleno desenvolvimento bio-psico-social.

Outro conceito associado ao de risco é o de vulnerabilidade, que, para De Antoni *et al.* (1999) corresponde às suscetibilidades individuais que potencializam o efeito dos riscos. Segundo as autoras, a pessoa vulnerável não se sente capaz de buscar alternativas para enfrentar o momento de crise ou o faz de forma ineficaz, o que pode situá-la em condição de risco. E, assim, algumas vezes, os fatores de risco se sobressaem diante das possibilidades e potencialidades pessoais dos indivíduos.

As variáveis negativas que comprometem o ambiente são aquelas que afetam a saúde, o bem estar e o desenvolvimento do indivíduo. Conforme Maia e Williams (2005), estes aspectos abrangem tanto o ambiente da criança quanto de sua respectiva família. A família pode estar exposta a fatores de risco como desemprego, instabilidade econômica, conflito familiar, problemas de saúde, os quais por sua vez podem vir a prejudicar o desenvolvimento dos filhos. Segundo Minayo (1994) estes fatores não se referem às questões de ordem pessoal e subjetiva, mas sim à violência estrutural, ou violência social à qual muitas famílias brasileiras estão expostas. Estes aspectos macrossistêmicos podem interferir na organização interna das mesmas e torná-las mais vulneráveis aos riscos que, em alguns casos, resultam na condição de institucionalização de crianças e adolescentes.

Mecanismos de subterfúgios ligados ao uso de álcool, drogas, práticas de violência e a própria condição de vida na miserabilidade, aumentam a probabilidade da criança enfrentar situações de risco como maus tratos, violência física, sexual ou problemas crônicos de saúde (SAPIENZA; PEDROMÔNICO, 2005; YUNES; SZYMANSKI, 2001). Algumas situações familiares conduzem os indivíduos a formas de relações familiares que podem ser negativas e inadequadas ao desenvolvimento. Como por exemplo, uma criança cujos pais são dependentes químicos, não vivenciam somente o risco da drogadição ou de tornarem-se drogaditos, mas, sobretudo os danos do cotidiano do comportamento parental resultante do consumo constante. Assim, a criança está exposta a uma série de situações de perigo, ficando em alguns casos, propícia à vida de rua ou na instituição (PALUDO; KOLLER, 2004; YUNES; ARRIECHE; TAVARES, 1997)

Portanto, ao panorama de risco estão claramente relacionados outros aspectos entre os quais a situação social e econômica (ABREU, 2002; GUARA, 2005; RIZZINI; RIZZINI, 2004; SAPIENZA; PEDROMONICO, 2005; SOARES; LORO, 2006) se encontram. Quanto à questão relacional e os riscos de conflitos, estes se fazem presentes em todos os grupos familiares e nem sempre é a pobreza a causa maior de desajustes nas relações interpessoais. Este é um aspecto a ser considerado com muita cautela.

Um considerável número de famílias brasileiras passam pela etapa de regime de acolhimento institucional e a pobreza se apresenta como a razão mais significativa da retirada das crianças e adolescentes de seus lares. Os dados do IPEA revelam um percentual de 24,1 % de crianças institucionalizadas por carência de recursos materiais dos pais e se pode concluir que 52% estão relacionados à pobreza sócio-econômica familiar (SILVA, 2004). É fato que a condição financeira pode gerar estressores de origem econômica que afetam a sobrevivência comprometendo a dinâmica familiar e a qualidade das relações e dos cuidados básicos.

Entretanto, a miserabilidade não pode ser considerada condição de risco *a priori* (YUNES; GARCIA; ALBUQUERQUE, 2007) e o ECA dispõe com precisão no artigo 23 que a carência material não constitui motivo de destituição do poder familiar. Ressalta ainda, que se não houver outro motivo, a criança ou adolescente deve permanecer na família de origem e ser incluída em programas oficiais de auxílio (BRASIL, 1990). Esta prioridade dos serviços sociais vem sendo denominada conceitualmente de “Preservação Familiar” e tem orientado programas de atendimento às famílias em alguns países da Europa, como Portugal e Espanha (RODRIGO *et al.* 2008).

Ainda na esteira desta discussão sobre as trajetórias que conduzem as famílias e seus filhos ao acolhimento, é preciso relevar que a criança/adolescente não vai para o ambiente institucional de uma hora para outra. Há evidências de processos que gradualmente fragilizam e enfraquecem os vínculos familiares até que os mesmos atinjam a condição de ruptura.

Não se pode negar que problemas socioeconômicos aparecem no perfil da clientela dos abrigados como característica comum a esta população (COSTA, 2005), independentemente do arranjo familiar e das circunstâncias do risco. Isso nos remete a questionamentos e reflexões sobre as famílias de diferentes poderes aquisitivos. Será que as famílias mais abastadas financeiramente ocultam a violência familiar, não ficando vulneráveis às denúncias e fiscalizações dos órgãos protetores da infância? Ou suas redes de apoio são mais presentes e sólidas do que aquelas que atendem famílias pobres? Em que medida e quais critérios definem que as famílias pobres necessitam de uma rede de apoio social e afetiva?

Alguns grupos vivem à margem do risco e ainda assim conseguem desenvolver estratégias que amenizam suas situações. Apesar das dificuldades presentes no seu cotidiano estas pessoas conseguem transcender o sofrimento, através de estratégias efetivas de *coping* com resultados de resiliência e bem-estar familiar (DELL’AGLIO, 2000; YUNES, 2001; YUNES; GARCIA; ALBUQUERQUE, 2007). As pessoas internalizam e reagem de maneiras diversas às “mesmas” situações de vida, que muitas vezes são similares, mas não são as “mesmas”. Isso leva a pensar que quando se considera uma condição de risco, deve-se buscar conhecer o contraponto que ameniza as conseqüências nefastas da situação negativa. Este vem sendo denominado como fator ou mecanismo de proteção (RUTTER, 1987) e as autoras Habigzang *et al.* (2006) definem da seguinte maneira a proteção no contexto familiar:

os fatores de proteção inibem a intensidade deste risco e têm sido identificados, principalmente, no cuidado estável oferecido pela família, que reforça a identificação com modelos e papéis; nas características pessoais, com a habilidade para resolver problemas.(p.380)

Essa competência protetiva ocorre conforme cada organização familiar, interferindo assim, na resposta individual ao risco exposto. Uma família afetuosa com vínculos sólidos diante de uma situação de desemprego pode buscar saídas em conjunto para amenizar a situação. Esse mecanismo é descrito por Eisenstein e Souza (1993) como recursos pessoais ou sociais que atenuam ou neutralizam o impacto do risco. Yunes e Szymanski (2001) diriam ainda que os mecanismos de proteção serão aqueles que, numa trajetória de risco, acabam por mudar o curso da vida da pessoa para um “final feliz”(p. 38). Hutz, Koller e Bandeira (1996) enfatizaram a influência dos fatores de proteção às adversidades dizendo que “estes correspondem às influências que modificam, melhoram ou alteram a resposta dos indivíduos a ambientes hostis”. No caso das famílias, transformar “velhos” padrões de organização, estilos de comunicação e reelaborar os sistemas de crenças familiares (WALSH, 1998) podem reverter de forma protetora a condição de risco e vulnerabilidade. No entanto, nem sempre os mecanismos de proteção se fazem presentes na interface com a situação de risco e, em muitos casos, a desproteção é “nutrida” por uma rede de apoio falha ou inoperante.

A institucionalização se faz necessária na medida em que o espaço familiar compromete o desenvolvimento infantil, e não há outra opção protetiva e viável para o atendimento à criança/adolescente, a não ser o Abrigo. Todas as crianças que de alguma forma tiveram seus vínculos fragilizados ou perderam o contato com suas famílias acabam sendo encaminhadas para o espaço de abrigagem. Segundo Rizzini e Rizzini (2004) mesmo com sutis diferenças de atendimento que se prestava às crianças no século XIX, as causas para a institucionalização ainda persistem historicamente. O ingresso de crianças em instituições não é uma prerrogativa da sociedade atual, mas sim um fato social que vem desde a Idade Média, quando se originou na Itália, a Roda dos Expostos (MARCILIO, 1997). A grande diferença permanece na maneira como as crianças chegavam até a instituição naquela ocasião e como chegam nos dias atuais. Na Roda dos Expostos de antigamente, crianças eram abandonadas por razões sociais ou culturais da época (adultério ou desonra familiar). Hoje, é muito mais comum que os órgãos protetores retirem as crianças de suas casas.

No Brasil, a iniciativa de atendimento à criança abandonada se deu a partir da tradição portuguesa, instalando-se a roda dos expostos nas Santas Casas de Misericórdia. Foi seguindo o propósito de remediar uma situação de abandono, com caráter assistencialista que surgiram as Instituições de Acolhimento. Ao longo do tempo estas instituições assumiram uma proposta protetiva, proporcionando um ambiente “provisório” e propício às necessidades das crianças e adolescentes em diferentes situações de risco.

Esse movimento da caracterização da proposta de acolhimento institucional é reflexo do marco histórico de um novo olhar perante a infância. São períodos que vieram a contribuir para a construção de um atendimento de direitos. A articulação de políticas de atendimento à infância e a juventude partiram do Código de Menores (1927), Constituição Federativa de 1988, que em meio às ações de direitos influenciou na constituição do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), a partir do qual a criança passou a sujeito de direitos e deveres. A legislação com o intuito de qualificar ainda mais a proteção integral à criança e ao adolescente revogou em 2009 alterações no âmbito das competências, regimes de atendimento à substituição de nomenclaturas mais abrangentes e menos classificatórias.

Os últimos acontecimentos em relação ao ambiente institucional e a qualidade de atendimento foi traduzido por Rizzini e Rizzini (2004) como um “despertar” da discussão sobre a questão do atendimento institucional, o que também está presente nas investigações que focam este espaço de acolhimento. Estudos recentes contemplam e ampliam a discussão não apenas na retrospectiva histórica (ARPINI, 2003; FOCAULT, 1997; GUARÁ, 2005; MEDEIROS; GONTIJO, 2007; RIZZINI; FONSECA, 2001), nas causas e efeitos (CAVALCANTE; MAGALHÃES; PONTES, 2007; CRUZ, 2007; FONSECA; CARDARELLA, 1999), mas também nas potencialidades de promoção de desenvolvimento no contexto institucional (DALBEM; DELL’AGLIO, 2008; SIQUEIRA; DELL’AGLIO, 2006).

A transição contextual pela qual as crianças e suas famílias passam com a institucionalização implica em novas organizações e interações pessoais, pois as casas de acolhimento provocam encontros de muitas subjetividades. Além da inserção em um ambiente diferente do habitual, a criança precisa compreender a ruptura familiar e a mudança interacional com sua família a partir deste momento. Por seu lado, a instituição deve contribuir positivamente de modo que o período de permanência não se torne ainda mais traumático para as crianças.

A família também necessita de acolhimento por parte da instituição, a fim de não absorver a medida como uma ameaça à sua integridade e sim uma fonte de apoio perante o risco que é enfrentado por todos. Uma relação instituição-família mais estreita e protetora tende a favorecer o processo de reintegração e pode fortalecer o grupo familiar (VASCONCELOS; YUNES; GARCIA, 2009) contribuindo para a preservação familiar. A manutenção dos vínculos ameniza o impacto da retirada das crianças de seus lares de origem e a comunicação entre os dois ambientes, família e instituição de acolhimento, gera uma ação protetiva mais imediata e promotora de desenvolvimento de todos (VASCONCELOS;

YUNES; GARCIA, 2009). Essa positividade em relação ao acolhimento é exposta por Arpini (2003) e também por Siqueira, Betts e Dell’Aglío (2006) que afirmam que diante das fragilidades familiares, a instituição pode tornar-se a fonte de apoio para crianças e adolescentes, proporcionando um espaço seguro e harmonioso de convivência social.

A maior força política em relação ao atendimento institucional surge com o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária (BRASIL, 2006). Este provocou uma reorganização no serviço institucional e motivou esforços para que os vínculos familiares sejam fortalecidos e o retorno familiar seja efetivado sob condições protetivas. Isso tende a repercutir no tempo de permanência das crianças, com vistas ao abreviamento do período de internação na instituição a que a acolheu. Em seu estudo acerca do direito à convivência familiar, Borba (2008) afirma que é essencial a participação maciça dos órgãos que zelam pelo bem estar da infância e da juventude. A conscientização da importância de um funcionamento em rede já vem sendo trabalhado em âmbito nacional através de programas de Fortalecimento Familiar e Reintegração, o qual será abordado na próxima sessão.

Na verdade, os direitos de crianças e adolescentes à convivência em família com extensão aos espaços comunitários já era priorizada pelo ECA (BRASIL, 1990) e o Plano (BRASIL, 2006) só veio reforçar e contribuir para potencializar o trabalho com as famílias, fazendo com que novas mentalidades e ideologias de políticas públicas se propaguem para atingir estes objetivos. A conservação dos vínculos familiares é portanto, a peça chave para a reintegração familiar como também o é, uma saudável relação entre a instituição e a família.

3. OS PROCESSOS DE RETORNO À CONVIVÊNCIA COM FAMÍLIAS E A REINSERÇÃO FAMILIAR

As Instituições de Acolhimento são locais destinados à proteção das crianças/adolescentes quando é necessário o temporário afastamento do lar de origem. Essa medida protetiva não deve significar o isolamento da criança e tampouco a ruptura de vínculo com seus familiares. Ao contrário, o espaço institucional deve ser visto como um local de acolhimento provisório onde será promovida a reintegração familiar no tempo mais breve possível.

Por que um espaço de acolhimento? A idéia de acolher significa cuidar e este cuidado deve ser estendido aos familiares e não apenas à criança, pois muito provavelmente foram as questões de instabilidades vividas no contexto familiar que ocasionaram o afastamento e causaram o ingresso da criança ou adolescente no meio institucional. Conforme Rizzini (2009) o acolhimento refere-se às experiências de cuidados prestados à criança e ao adolescente que, de acordo com o Plano Nacional devem focalizar não apenas a infância e a juventude, mas todo o contexto sócio-familiar de forma indissociável, percebendo e trabalhando a centralidade da família enquanto objeto de ação e de investimento. As alterações na legislação de proteção reforçam a idéia de cuidado em sua amplitude contemplando crianças, adolescentes e cuidadores e demarcam o prazo estimado de dois anos de intervenções para a reintegração familiar.

Portanto, a centralidade da família está presente também nas diretrizes da Política Nacional de Assistência Social e decorre do reconhecimento da importância do núcleo familiar na estruturação psíquica da criança/adolescente, pois é neste ambiente que se realizam as experiências iniciais das pessoas em desenvolvimento. Independente da estrutura e configuração, a família é o palco de vivências intensas e marcantes, podendo ser comparado a um laboratório de relações sociais (BRONFENBRENNER, 1979, 1996; WAGNER, 2002). Estas experiências permanecem, ou até mesmo se (re) constituem no imaginário das crianças. Martins e Szymanski (2004) constataram que as representações familiares presentes nos enredos das brincadeiras das crianças abrigadas não necessariamente faziam parte da história de relações familiares das mesmas, mas que estas desenvolviam-se através de suas imaginações, somadas a elementos de suas crenças sobre situações familiares.

A idéia de família é tão presente na vida das crianças quanto o é, o desejo de pertencer a um grupo familiar. O sentido familiar apresenta-se como um desejo essencial de filiação:

“uma das principais preocupações de uma criança abrigada é reencontrar seus pais ou encontrar uma família que a adote; ou seja, ela se consome em tentativas de restabelecer sua filiação ou estabelecer outra que a coloque em alguma linhagem” (PARREIRA; JUSTO, 2005, p. 177).

Tendo em vista estes significados atribuídos às famílias por crianças e adolescentes, não resta a menor dúvida que essas relações familiares devem ser preservadas conforme reiterado pelo ECA (BRASIL, 1990). Os laços contemplam não somente a nuclearidade da família entendida como pai/mãe, mas também a família extensa. Há inúmeras definições de família, mas para contemplar a complexidade e a contemporaneidade da noção, concorda-se que família é um grupo de pessoas que convivem entre si, que se respeitam e que mantêm vínculos de afeto e de cuidados independente de grau de parentesco ou consangüinidade (RODRIGO; PALACIOS, 1998; SZYMANSKI, 1992).

Paradoxalmente, o acolhimento é uma medida de proteção que afasta a criança/adolescente daqueles com os quais ela gostaria de estar para encontrar amor e proteção, mas que por alguma razão, estão facilitando sua exposição às situações de risco. Por isso, é importante que essa medida não se configure como situação de duplo abandono, ou seja, que não seja uma intervenção que venha a privar completamente a criança do convívio familiar. A família deve ser orientada sobre o seu papel de cuidado diante das adversidades (SIQUEIRA, 2009). E, é sob a ótica da conservação de laços familiares e de pertencimento, que os movimentos políticos nacionais de promoção de convivência Familiar e Comunitária vêm trilhando suas ações para garantir esse direito. A conjunção dos artigos fundamentais do ECA e os Planos Nacionais têm buscado a (re)organização do funcionamento dos abrigos colocando-os como articuladores da promoção das competências parentais. Dessa forma, as instituições estão envolvidas nos processos que buscam a (re)significação da família com vistas a reflexão e responsabilidade sobre sua própria atuação.

Além disso, buscam estabelecer comunicação das instituições com as redes sócio-afetivas para oportunizar convivência e relações de qualidade (OLIVEIRA, 2006). São ações que englobam não só as casas de acolhida, mas todos os segmentos sociais comprometidos com o bem-estar de quem se encontra em situações de vulnerabilidade. É uma trama de apoio que pode contribuir para o manejo das difíceis situações presentes no cotidiano.

Essa comunicação das redes de apoio vem ganhando espaço no campo nacional através de Programas que buscam o acolhimento e convivência familiar e comunitária. As iniciativas que proliferam pelo país podem subsidiar políticas e práticas, as quais devem respeitar as especificidades locais (RIZZINI, 2009). Alguns estados brasileiros, como Rio

Grande do Sul, Distrito Federal, Ceará, Rio de Janeiro, Minas Gerais têm em curso várias experiências que promovem a Convivência Familiar e Comunitária.

As articulações existentes transitam em torno do fortalecimento familiar com programas sócio-afetivos, lar substituto, acolhimento familiar e atendimento sócio educativo. As dimensões contempladas nas iniciativas zelam pela integridade da criança através de seus direitos de retorno ao convívio familiar, desde que a família apresente condições favoráveis para tal, conforme previsto pelo ECA (1990). Como a família passa a ser a prioridade de apoio de muitos programas, o empoderamento (GOHN, 2004) é uma concepção teórica que subsidia o objetivo de potencialização destes grupos que vivem em situações de vulnerabilidade.

Diante da institucionalização, faz-se necessário cumprir com a legislação que prioriza a convivência familiar e comunitária da criança/adolescente em regime de acolhimento. Os esforços designados às instituições devem buscar tanto manter o convívio e vínculos com a família como propiciar contato com o meio social, já que este também tem reflexos importantes no desenvolvimento da criança. É sabido que muitas vezes os recursos de reintegração com a família de origem se esgotam e inviabilizam os processos de retorno ao lar. Isso faz com que se busquem alternativas que ofereçam outras formas de convivência familiar a estas crianças/adolescentes. No entanto, por menores que pareçam as possibilidades de reinserir a criança em seu lar de origem, a idéia deve ser mantida com insistência e perseverança dos técnicos responsáveis, pois o retorno familiar pode concretizar-se a partir de uma trama de esforços presentes nos ambientes de acolhimento e fortalecidos pela rede de apoio-social.

A seguir serão mencionados alguns programas de incentivo à convivência familiar sem no entanto perder de vista, o retorno da criança ao lar de origem. As propostas de Adoção, e as demais alternativas de instituição como Casas de passagem, Casas Lares e Casas de Acolhidas que têm configuração não institucional não serão tratadas neste trabalho, já que abordam alternativas de outras formas de institucionalização, e não contemplam o foco deste estudo que são os processos de reinserção no lar de origem.

3.1 Programas de Famílias Acolhedoras e Famílias Substitutas

Dentre as medidas que contemplam a Convivência Familiar e Comunitária em curso para a proteção à infância e juventude encontram-se aquelas que priorizam a vida da criança

em um ambiente familiar. Nas Famílias Acolhedoras, o foco é na proteção Integral da criança/adolescente em situação de risco, e, a atmosfera familiar pode ser proporcionada por famílias substitutas que podem se configurar através da família extensa, por exemplo. Dessa forma, as crianças em situação de vulnerabilidade social que são retiradas de suas famílias são acolhidas por famílias substitutas, evitando o abrigamento em instituições e proporcionando atendimento à família de origem, garantindo o retorno ao lar².

As Famílias Acolhedoras surgem como uma alternativa para a não-institucionalização e também para auxiliar a desinstitucionalização (IAL, 2009). Nada mais apropriado para a superação de um trauma pelo afastamento familiar do que o acolhimento em um ambiente próximo ao de uma família, mesmo que não seja a de origem:

O intuito do Programa de famílias Acolhedoras não é usá-las como substitutas da família de origem, mas utilizá-la como forma primeira de acolher a criança ou o adolescente em situação de abandono e/ou risco. Dessa forma, viabiliza o processo de transição mediante um atendimento humanizado, ao contrário das frias relações geralmente ocorridas nas instituições. (CAVALCANTE; JORGE, 2008, p.267).

Em vez de serem encaminhadas para instituições, como instituições de acolhimento, as crianças são acolhidas nas residências das famílias acolhedoras, onde permanecerão em ambiente afetivo e seguro de convívio familiar e comunitário, até que seja possível e garantida a sua reintegração à família de origem. Em suma, elas são afastadas temporariamente de suas famílias e acolhidas por outra família, até que haja condições de voltarem para o lar de origem.

É um programa de atendimento, para o qual as famílias que se dispõem a este acolhimento são triadas e ficam a disposição quando for necessário receber uma criança em sua família. Não só a criança é acolhida, como também o é a sua família, para que se possa viabilizar o retorno da criança para o lar. É um sistema de proteção que abrange a medida de acolhimento e cuidado associado ao apoio ao grupo familiar como um todo.

Essa modalidade de atendimento que vem sendo implementada em diversas regiões, possibilita que a criança receba cuidado em um lar substituto, através de uma mãe provisória e substituta, mas que não objetiva a substituição familiar definitiva. A família substituta visa a suprir temporariamente as necessidades de bem-estar da criança enquanto sua família se articula para o retorno da mesma. É um cuidado que possibilita vínculo, o qual surge de uma ligação estabelecida na relação dos sujeitos que interagem. Esse vínculo que pulsa do acolhimento e sustenta as relações, constitui um canal de afeto através da convivência. Para

² Divulgação do Programa Famílias Acolhedoras Disponível em: <http://www.recria.org.br/quemcompoe/governamentais/fas/familia>. Acesso em: 24 de agos. 2010.

sintetizar o que este convívio causa para os envolvidos, ressaltamos as palavras de Cavalcante e Jorge (2008), “no sentido do cuidado o vínculo se inicia quando existe um que necessita e outro que se dispõe a ajudar (p. 268)”. São ações que precisam despertar na sociedade, o compromisso para com as crianças em situação de risco, mobilizando não só os órgãos protetivos e de assistência, como também sensibilizando o cidadão comum. A sociedade precisa apoiar estas famílias que se encontram em condição de vulnerabilidade social de modo que se consiga promover o empoderamento destes grupos, tornando-os novamente responsáveis pelo desenvolvimento sadio de seus filhos.

3.2 Reinserção Familiar

Quando a família ultrapassa a conotação protetora e passa a ameaçar o desenvolvimento e o bem-estar da criança/adolescente, torna-se necessário (conforme o ECA) utilizar medidas de proteção, que muitas vezes levam ao acolhimento como única alternativa. O Estatuto enfatiza que tal ação deve ser provisória com vistas ao retorno ao convívio familiar, que deve ocorrer assim que a família apresentar condições favoráveis para receber seus filhos e cumprir suas obrigações parentais.

A provisoriedade está também relacionada às incumbências de intervenção realizadas pela instituição. A esta entidade, cabe a iniciativa de promover a Reinserção Familiar, buscando estratégias que proporcionem a manutenção de vínculos e o fortalecimento familiar, possibilitando que o afastamento da criança de sua família seja o mais breve possível. “Quanto maior for o tempo em instituições, maior é a possibilidade de a criança vir a sofrer efeitos dessa experiência (CALVALCANTE; MAGALHÃES; PONTES, 2007, p.28)”.

A entrada da criança no ambiente institucional geralmente apresenta a ela, um repertório de situações, pessoas e relações novas às quais exigem esforço, destreza e adaptação. O movimento de transição da instituição para o lar de origem também lhe apresentará algumas inovações, mesmo que as pessoas sejam familiares para ela. É um movimento de causa/efeito da (re) organização que requer a “melhoria” de condições no contexto que os (as) conduziu ao afastamento de casa. Isso deverá ter como conseqüências, várias alterações tanto nas características dos ambientes, como também nos próprios sujeitos.

A manutenção/conservação dos vínculos com a família durante a estadia institucional possibilita que se mantenha o sentimento de pertencimento familiar. Esta relação pode vir a ser crucial para a reinserção familiar, já que tal processo depende não só do funcionamento

familiar, mas também de como esta dinâmica repercute nas relações proximais que poderão motivar uma adaptação sólida.

A proximidade da criança com sua família durante o tempo de acolhimento potencializa as mudanças e segundo Dalbem e Dell'Aglio (2008) o apego contribui para que os indivíduos tornem-se “mais resilientes” (aspas da autora) na reintegração de experiências disruptiva. Como “mais resilientes”, entende-se que os indivíduos terão mais oportunidades para exercitarem suas possibilidades de resiliência, fortalecendo-se com as experiências. O acolhimento da instituição para/com a família deve desmistificar aquele modelo familiar que nem sempre atinge o esperado (ARPINI, 2003), e proporcionar um espaço positivo no sentido de construção de sujeitos. A autora Arpini (2003) ainda salienta a importância da Instituição na superação dos desafios de sobrevivência familiar e social no processo de reunificação familiar:

Em relação às famílias, parece-nos importante construir uma relação mais estreita entre a instituição e a família, auxiliando o processo de reintegração das crianças e adolescentes no universo familiar, assim o contato com a família amplia o conhecimento das crianças e adolescentes e permite a reconstrução de sua história por parte da instituição (p.75).

Seguindo a idéia participativa da instituição na história dessas famílias, suas ações atingem diretamente o sucesso da intervenção em processos de retorno ao lar de origem. É importante enfatizar que a tarefa de *acolher* é essencial neste processo, e que falhas podem levar à reinstitucionalização, comprometendo os vínculos, e dificultando um próximo processo de reinserção (SIQUEIRA; DELL'AGLIO, 2007).

No Brasil há poucos estudos sobre os processos de reinserção familiar de crianças e adolescentes, bem como, pouco se sabe sobre metodologias eficazes para que o retorno da criança seja o mais tranqüilo possível. Diante do grande índice de incidência de acolhimento, as políticas estão apostando em programas que visem a prevenir tal medida. Esta atenção demanda programas de apoio que foquem na reflexão sobre as práticas parentais positivas e estilos de cuidado.

Independentemente do modo usado para denominar (reunificação, reintegração, reinserção ou desinstitucionalização) o movimento de saída da criança da instituição de acolhimento, este estará significando a volta da criança para o lar de origem depois de um período de institucionalização. Entretanto, em momento de construção de metodologias, conhecer ações de diferentes culturas amplia e potencializa os olhares sobre esse processo de transição de ambientes.

Os investimentos dos pesquisadores portugueses e espanhóis têm sido em evitar esta ruptura, em potencializar e fortalecer as famílias diante das dificuldades (RODRIGO *et al.*, 2008). As formas propostas de acolhimento familiar preservam a criança no meio familiar e garantem os direitos das crianças poderem crescer numa família, de preferência na sua. (Associação Mundo de Vida³, 2008). A aposta no fortalecimento das famílias em crise também está presente na realidade americana. Siqueira (2009) relata uma série de ações de atendimento fundamentadas no empoderamento destas famílias, a fim de ajudá-las a superarem as adversidades. As medidas de apoio devem impulsionar as pessoas não só a lidarem, mas a saírem das situações de crise fortalecidas. Rosseti-Ferreira, Ramon e Silva (2002) chamariam essa ajuda de educação potencializadora. De acordo com as referidas autoras, os indivíduos devem alcançar um estado no qual são emancipados da ajuda. Um apoio que não promove autonomia condiciona as pessoas a este cuidado, e quando elas deixam de tê-lo, ficam vulneráveis ao risco que as conduzem ao acolhimento.

Viver o afastamento da convivência familiar e depois retornar à família é uma etapa muito delicada quando se trata de reinserção, pois significa voltar ao ambiente que, por sua fragilidade de organização lhe fez experimentar a situação de institucionalização e seus percalços. Azôr e Vectore (2008) levantam inquietações a respeito da família neste momento de recebimento dos filhos em seu meio familiar, e ainda indicam que a viabilidade da desinstitucionalização é oriunda do desejo dos pais em terem seus filhos de volta.

Em suma, é importante pensar e definir os indicadores que apontam para uma reinserção e como esta ocorre e é recebida pelos atores sociais envolvidos, como participantes efetivos do processo e não como passivos expectadores. “Conseguir retirar o filho de uma situação de institucionalização e trazê-lo de volta a família é, na verdade, um indicador de uma efetiva reestruturação familiar?” (AZÔR; VECTORE, 2008, p. 88).

3.3.1 Reinserção Familiar e Resiliência Parental

No momento em que uma família reassume os cuidados dos filhos, conquista também sua autonomia parental, firmando uma postura protetiva e segura para com os filhos após a reinserção familiar. Durante a permanência da criança ou adolescente na instituição de

³Avaliação dos serviços realizada por Peres Amorós. Disponível em: <http://www.jornaldatrofa.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=2147&Itemid=140>. Acesso em: 2 nov. 2008.

acolhimento o que se almeja é que a família supere as fragilidades que ocasionaram a retirada dos mesmos, e que ela se fortaleça de modo que não aconteça uma futura institucionalização.

Para tanto, é um trabalho que envolve criança/adolescente, família e contexto, já que a instituição vai preparando a criança/adolescente para o desligamento da instituição. Enquanto isso é preciso potencializar a família que, muitas vezes continua a viver no mesmo contexto e com o mesmo estilo de vida que a fragilizou. É enfrentar e adaptar-se (não conformando, mas transformando) às adversidades ambientais, em que os cuidadores precisam se sobressair fortalecidos e sadios dos riscos que ali perpetuam a fim de proporcionar um ambiente saudável ao desenvolvimento dos filhos. Essa vivência de adversidades com resultados de transformação em favor das pessoas que exercitam a parentalidade, é tida como resiliência parental (RODRIGO, no prelo) e parte da idéia que as famílias lidam com situações de crise e podem sair fortalecidas destas experiências (WALSH, 2005; YUNES, 2001).

A origem do fortalecimento familiar busca pelo equilíbrio entre o risco e o apoio social parte, muitas vezes, da combinação de agentes sociais de apoio. O conjunto de apoio envolvendo profissionais (técnicos das instituições de atendimento), fontes de apoio formais (escola e famílias) e informais (amigos, parentes e vizinhos) (RODRIGO, no prelo) compõe esse suporte de proteção. A soma articulada destes atores os tornam fatores protetores que podem vir a contrastar com os efeitos das situações de risco que permeiam o cotidiano familiar. A tarefa de potencializar as famílias consiste em fomentar a resiliência parental e familiar, através do reconhecimento dos pais como figuras importantes que tem papel protetor e protagonista na educação dos filhos e não são meros coadjuvantes do esquema familiar:

Resiliência parental é o processo dinâmico que permite aos pais desenvolverem uma relação protetora e sensível frente às necessidades dos filhos/filhas apesar de viver em um ambiente potencializador de comportamentos de maus tratos. (RODRIGO, no prelo)

No exercício da parentalidade responsável, os pais assumem suas capacidades para modificar de forma favorável a vida dos filhos, com autonomia de decisões e não ficam dependentes do aval dos profissionais sociais. É importante que os pais enfrentem as situações como pessoas capazes de lidarem com as mesmas, pois essa postura otimista é crucial para a motivação em buscar e participar ativamente da busca de vida melhor enquanto pais e família. Essa melhoria é encontrada na integração de vários enfoques tais como: ecológicos e comunitários, fatores de risco e proteção, mentalidades e práxis educativas, dos quais surge a resiliência parental. Assim, focar apenas em um contexto é insuficiente para aflorar a resiliência parental, já que pais “resilientes” contam com uma balança equilibrada entre risco e apoios sociais.

O equilíbrio e fortalecimento das famílias e da parentalidade remete ao conceito mais amplo de Resiliência em Famílias expresso por Froma Walsh (2005). Este refere-se aos processos de enfrentamento e adaptação da família *como uma unidade funcional (grifo da autora)*. Segundo Walsh, a perspectiva sistêmica permite compreender como os processos familiares intervêm no estresse e permitem à família superar a crise e enfrentar dificuldades.

Como se pode observar pela discussão dos conceitos apresentados, a reinserção familiar é um tema complexo, permeado por dimensões que consistem no enfrentamento prático de fragilidades e posterior potencialização das pessoas e ambientes para que haja a superação dos eventos de risco. Mais do que isso é a oportunidade da família recuperar sua vida familiar e resgatar o “tempo perdido”. É propiciar um recomeço da história familiar almejando o “final feliz”. Muitas vezes, estas histórias familiares trazem retratos de negligência nas relações interpessoais.

4. NEGLIGÊNCIA: ROMPIMENTO DO PAPEL PROTETIVO DA FAMÍLIA

Quando pensamos em um ambiente propício ao desenvolvimento saudável de uma criança, logo nos transportamos ao meio familiar, a esta esfera social menor de proteção e de cuidado na qual a criança realiza suas vivências iniciais enquanto ser humano. Entretanto, nem sempre a realidade condiz com essa conotação protetiva, e muitas famílias negligenciam em alguma instância suas funções protetivas em relação aos filhos.

Independente da configuração do arranjo familiar, a maioria dos cuidadores desempenha um papel de cuidado dentro de suas possibilidades, e tenta oportunizar um desenvolvimento positivo para as crianças e adolescentes pelos quais são responsáveis. Mas, quando a disfuncionalidade familiar acaba comprometendo a dinâmica da família é preciso partir de que “família” estaremos tratando (BRINGIOTTI, 2005), pois para potencializar o núcleo perante suas fragilidades é importante compreender suas particularidades para então construir estratégias de intervenção coerentes com este ambiente familiar.

Negligenciar não é uma ação, é uma conseqüência, um fenômeno resultante de outros aspectos que configuraram tal instância. Desse modo, a abordagem deve ir para além do fato e contemplar as circunstâncias que levaram a ruptura da condição de proteção. Conforme Cavalcante, Magalhães e Pontes (2009) a caracterização de cuidado ou descuido que configura atitudes de negligência, muitas vezes apresenta reproduções de um padrão de cuidado presente em outras gerações de uma mesma família. Os pais que são “bons cuidadores” e sujeitos de dinâmicas sóciofamiliares sadias aprendem a responder às necessidades fundamentais e são capazes de satisfazer um conjunto de necessidades múltiplas e evolutivas, adequadas ao tempo (BARUDY, 2005). Portanto, as competências que proporcionam o cuidado resultam de experiências de bons tratos desses pais quando crianças, e são elas que asseguram a prática saudável na família.

As práticas parentais podem sofrer disfuncionalidades perante fatores que provocam a *incompetência* em seu papel protetivo, o que algumas vezes é definido como negligência, já que compromete as respostas de cuidado frente as necessidades fundamentais de seus filhos. Dentro das possibilidades de um cuidador desempenhar adequadamente suas capacidades alguns fatores são fundamentais: a existência de vínculos afetivos sólidos, a compreensão acerca das manifestações e expressões filiais, responder às demandas das crianças de maneira coerente e com desenvoltura, inserir-se na rede de apoio para que haja um conjunto que possa promover e até reabilitar a parentalidade fragilizada (BARUDY, 2005).

As abrangências das funções que competem desempenhar os responsáveis nas famílias são aquelas que asseguram às crianças e aos adolescentes as condições de vida para o desenvolvimento saudável, como: rotina de alimentação, incentivos à socialização e à educação formal e informal. Porém as adversidades podem comprometer esse aparato e tornar a prática parental, um conjunto de práticas de risco, provocando uma série de situações de rompimento afetivo e vulnerabilidade social e ambiental.

Nestes casos, ou seja, quando a capacidade parental não corresponde ao cuidado, é necessário que sejam aplicadas medidas de proteção que priorizem o bem estar das crianças e adolescentes, muitas vezes o acolhimento institucional. Constatando-se as impossibilidades parentais, é iniciado um movimento de resgate das capacidades e potencialidades das destes pais, para promover uma reabilitação de papéis que por alguma razão são comprometidos. Essa ação de resgate está (ou deveria estar) entre as prioridades de incumbências das instituições, pois garantem a reintegração e fortalecimento de ambiente familiar.

A superação de carências parentais exige esforços dos cuidadores em reorganizarem sua dinâmica e adaptarem-se às eventualidades que podem ocorrer em seu ciclo de vida. A flexibilidade da dinâmica facilita a acomodação frente as situações de risco. Tal “sobrevivência sadia” pode ser assegurada por diversas formas, ou seja, os indivíduos acabam se sustentando mesmo em ocasiões vulneráveis, pois contam com uma rede de apoio sólida. Barudy (2005) menciona que as parentalidades sociais que participam das intervenções e também os ditos “tutores de resiliência” podem fornecer suporte e articulação diante das dificuldades familiares, e também proporcionar condições de cuidados que as crianças necessitam enquanto seus responsáveis se fortalecem, bem como vínculo com os mesmos.

Diante disso, os maus tratos oriundos de incompetências familiares que rompem com a funcionalidade protetiva para a negligência de cuidados, têm por vezes a oportunidade de recuperação e de retorno aos “bons tratos”. A motivação está alicerçada ao apego (BARUDY; DANTAGNAN, 2005), que é o determinante de base para a (re) significação das experiências e reabilitação da família através dos cuidados seguros intrafamiliares.

A negligência de cuidados está entre as formas mais expressivas de violência, no entanto, pouco se tem investigado sobre esse fenômeno, dentre os estudos concentram-se investigações que buscam em estimar as formas de violência nas portas de entrada de proteção (COSTA *et.al*, 2007). A definição de negligência resumisse da falta de cuidado e atenção, apontando como agravante os maus tratos e abandono, mas tais apontamentos restringem-se a violência e não ao tratamento da mesma. Despir os profissionais da visão generalista é um dos desafios, pois a negligência vai além do termo, o fenômeno não se

resume ao registro de atendimento, mas sim como a trajetória familiar irá ser articulada a fim de fortalecer a família perante os riscos sociais em que vive. O aprofundamento das causas que conduziram ao rompimento protetivo possibilita o levantamento das redes sociais de acesso adequado, permitindo assim um atendimento efetivo às famílias em risco (REICHENCHEIM, *et al.*, 1999).

5. APEGO E A (RE) CONSTRUÇÃO DOS INDIVÍDUOS EM SUAS EXPERIÊNCIAS E RELAÇÕES

*Só agora a ciência está começando a
entender a química da vontade de viver
e dos esforços obstinados para
recuperar o máximo possível
Froma Walsh*

As relações são construídas e mantidas das mais diferentes formas e com as mais variadas dinâmicas e organizações. Algumas relações necessitam do convívio diário, outras levam mais tempo para se formarem e há aquelas que o tempo não consegue desgastar, apenas as fragiliza. É através desta perspectiva que discutiremos os vínculos afetivos no decorrer dos eventos de vida e como eles podem ser cruciais para motivação e superação das fragilidades.

Quando se trata de uma criança institucionalizada, as relações entre a família de origem e a instituição se mantêm através da conservação dos vínculos, que de certo modo organiza e preserva o contato entre crianças/adolescentes e cuidadores responsáveis. O manejo que essa relação receberá transmitirá significados sobre as disponibilidades de um com o outro, ou seja, se for uma relação inicialmente pautada na segurança, as expectativas serão positivas ou, se for o contrário, a insegurança remeterá à desvalorização (BOWLBY, 1969, 1990).

Cada indivíduo estabelece seus passos relacionais, e com isso constrói no seu tempo o vínculo que lhe oferece possibilidades futuras de apego sadio. As relações recebem influências dos mais variados aspectos e são trabalhadas na relação face -a- face, fortalecendo e potencializando o que cada sujeito carrega para a relação.

Pode-se dizer que a formação do vínculo está articulada com os *indivíduos* e suas particularidades que definirão o *processo* que se construirá no e com o *contexto* de onde os sujeitos vêm e o *tempo* que levará de acordo com as individualidades dos pontos anteriores. A articulação entre esses aspectos nos remete ao modelo PPCT da Abordagem Bioecológica do Desenvolvimento Humano de Bronfenbrenner. Nesse sentido, a existência do fenômeno do apego e seus padrões diferem em função da cultura (PONTES *et al.* 2007), pois as relações estão para além das características dos sujeitos, abarcam também as questões contextuais variando a formação dos vínculos afetivos de acordo com a cultura em questão.

No entanto, independe da cultura a qualidade atribuída às relações e essa dimensão qualitativa é que conduzirá as interações e seus significados, estando os mesmos

representados nas construções afetivas. Afetividade não é algo que desenvolvemos em uma simples interação nem tão pouco em um momento isolado. Surge da empatia do afeto e do cuidado contínuo que repassa estabilidade e possibilita condições favoráveis ao desenvolvimento nas relações iniciais em ambientes de segurança e de acolhimento.

Os movimentos e ações que um sujeito faz em relação ao outro desenvolvem representações que simbolizam o grau de afetividade e os esforços para alcançar ou manter proximidade com a outra pessoa. Bowlby (1989) teoriza que estas experiências ficam armazenadas, de modo que mais tarde, o indivíduo acaba exportando suas expectativas para as interações com figuras de apego.

Na perspectiva da teoria do apego o estabelecimento de vínculo seguro está muito relacionado com o apego oriundo de uma relação intitulada “adequada”. No entanto, a TA envolve aspectos de flexibilidade e adaptação possibilitando uma compreensão mais abrangente do desenvolvimento humano (DALBEM; DELL’AGLIO, 2008), o que contempla também a questão de estabelecimento de apego seguro com cuidadores que não encontram-se tão próximos da criança. Assim, diante destes aspectos, surgem as seguintes inquietações: O que efetivamente sustenta a relação de uma criança institucionalizada com seu cuidador, após um determinado rompimento? Quais seriam as capacidades/estratégias parentais que possibilitariam manter estes vínculos de apego? O presente trabalho buscará refletir sobre algumas possíveis respostas.

Walsh (2005) afirma que as superações frente as adversidades ocorrem em função de montantes de forças que oportunizam processos de organização positiva. Essas forças emitem crenças que são socialmente construídas e revigoram as dinâmicas de organização da família, proporcionando estratégias de superação e transparência dialógica. Em uma relação de acolhimento é necessário considerar o todo família-criança-instituição, já que esta relação acontece simultaneamente, e a partir dessa perspectiva sistêmica os processos familiares resultam do modo com que os indivíduos reagem nas situações de crise, o que os leva a enfrentar dificuldades prolongadas. O maneira com a qual a família se organiza às experiências difíceis parte das forças e crenças instauradas com o tempo. Sendo assim, as capacidades e estratégias não contemplam apenas aos cuidadores, mas os filhos também, pois o vínculo acontece da reciprocidade entre os sujeitos. Para tanto, desenvolver uma relação de proteção mesmo no contexto de vulnerabilidade é um processo dinâmico que caracteriza a resiliência parental, é um complexo de afeto, apoio e confiança.

A seguir serão apresentadas as etapas metodológicas deste trabalho que visa a investigar os processos de reinserção familiar de uma criança negligenciada por sua família e

acolhida em uma instituição não governamental. Deve-se ressaltar que foram priorizadas as percepções da criança, ou seja, a criança foi observada e ouvida durante a etapa de coleta de dados, sem no entanto, dar menos importância aos discursos familiares.

6 MÉTODO

6.1 Delineamento

Este estudo consistiu em uma pesquisa qualitativa e longitudinal, de caso único (YIN, 2003, 2005). Tal delineamento possibilitou uma investigação mais densa e aprofundada de um caso de reinserção familiar de um menino. O estudo foi dividido em etapas de acordo com o decorrer do processo e suas variações.

Dessa forma, o suporte teórico do modelo PPCT da teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano de Bronfenbrenner (1979, 1996), mostrou-se adequado, posto que o objetivo principal foi compreender o fenômeno de Reinserção com destaque para a perspectiva do adolescente acerca da transição instituição-família. A inserção ecológica (CECCONELLO; KOLLER, 2003) foi utilizada como estratégia de coleta de dados em todas as etapas desta investigação, pois possibilita a imersão do pesquisador nos diferentes sistemas de desenvolvimento. Segundo alguns autores (CECCONELLO; KOLLER, 2003; PRATI *et al.*, 2008) a inserção ecológica também garante a validade ecológica dos estudos, pois as investigações são realizadas em ambiente natural.

6.2 Contexto

A instituição pesquisada é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, fundada em 11 de agosto de 1999, para atender as crianças e adolescentes egressas de uma instituição da cidade que se encontrava em situação precária.

Com o passar dos anos a entidade começou a ficar conhecida na cidade pela qualidade do atendimento. Foi realizado convênio com a Prefeitura Municipal e o número de sócios aumentou, facilitando o seu funcionamento. Um imóvel emprestado por terceiros foi utilizado por um tempo considerável, cerca de sete anos. Após o recebimento de ajudas comunitárias, o novo prédio foi inaugurado em 18 de abril de 2006 e em 20 de abril de 2006 as crianças se mudaram para a nova instituição. Hoje o quadro de funcionários é qualificado e conta com um psicólogo, um assistente social e duas coordenadoras. A entidade trabalha no sentido de procurar proporcionar às crianças e adolescentes a melhor qualidade de vida possível em ambiente institucional. São desenvolvidos projetos como: Um sonho de Mar e Escolas de

Pais: “Braços que Abraçam”, propostas estas que vem a qualificar e fortalecer a dinâmica familiar.

A instituição tem como finalidade desenvolver Programa de Acolhimento Institucional e mantém-se através de convênios com o Município e o Estado, doações de sócios e comunidade. Atende crianças e adolescentes na faixa etária de 0 a 10 anos, que podem permanecer na entidade até os 18 anos, encaminhadas pelo Juizado da infância e da Juventude. No momento, encontra-se em fase de reordenamento institucional recebendo adolescentes, para cumprir estritamente o artigo do ECA e não haver separação de grupos de irmãos.

No ano de 2010 a entidade construiu parceria de trabalho com o “Projeto Rede Família: Garantindo o Direito de crianças e adolescentes a Convivência Familiar”, que propõe acompanhamento, apoio e orientação às famílias das crianças e adolescentes acolhidos, com a finalidade do retorno a família de origem.

6.3 Participantes

Participaram deste estudo um menino de 13 anos, que será chamado pelo nome fictício de José, sua família e os técnicos do abrigo.

O menino José:

De estatura média, pele negra e estrutura forte, é o filho de 13 anos, o qual tem seis irmãos. Foi acolhido em virtude de negligência de seus responsáveis, os quais eram dependentes químicos, em uma instituição não-governamental do município, por um período de 10 anos. Atualmente José está cursando a 5ª série do Ensino Fundamental de uma escola pública.

A família de José:

A família que configura esta investigação vive a ruptura causada pelo acolhimento há cerca de 10 anos, e que tem a figura paterna como referência. O pai de José, chamado neste estudo por Seu João, está entre os participantes desta pesquisa, pois o mesmo está assumindo os cuidados do filho. Seu João foi casado com a mãe de José com quem teve mais seis filhos. Hoje com 54 anos, tem ensino fundamental incompleto e está aposentado por motivos de saúde. Tem uma situação de vida modesta.

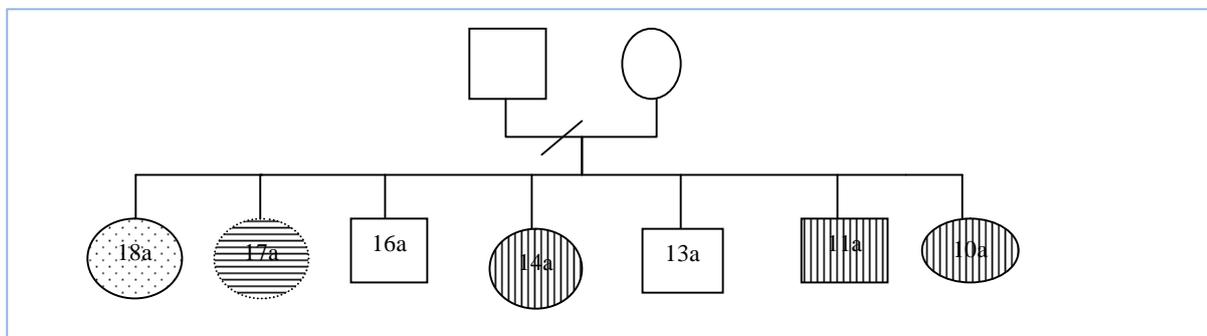


Figura: Genograma da Família de José

Legenda:

□ : Sexo masculino

○ : Sexo feminino

Preenchimento:

Bolinhas: família extensa

Linhas horizontais: Madrinha Afetiva

Em Branco: Acolhimento Institucional (Reinserção familiar)

Linhas Verticais: Adoção

A equipe técnica:

A equipe técnica dos abrigos é composta por 1 assistente social, 29 anos, 1 pedagoga, 36 anos e 1 psicóloga, 26 anos. A equipe já atua em conjunto aproximadamente à 3 anos com experiências anteriores um pouco variadas. A assistente social anteriormente trabalhava com menores infratores, a pedagoga realizava grupos de discussão com portadores de HIV voluntariamente e a psicóloga desenvolvia atividades em contexto escolar. Além de participarem da coleta de dados sobre o processo de reinserção familiar, a referida equipe orientou quanto à indicação do participante e investigação dos prontuários na ocasião do momento inicial de acolhimentos e no levantamento dos desligamentos. Tratando-se do caso em estudo, a equipe realiza atendimento acerca de três anos, ou seja, desde que ingressaram no ambiente institucional iniciaram o trabalho com o adolescente e suas possibilidades de retorno familiar.

6.4 Instrumentos

Foram utilizados instrumentos padronizados e entrevistas semi-estruturadas no processo de coleta de dados, nos diferentes momentos do estudo, conforme *Tabela 1* abaixo.

As entrevistas semi-estruturadas foram realizadas com as profissionais da equipe técnica (assistente social, pedagoga, psicóloga)(ANEXO A), com o adolescente participante (ANEXO B- 1ª Etapa) (ANEXO C- 2ª Etapa) e com seu pai (ANEXO D- 1ª Etapa) (ANEXO E- 2ª Etapa). Com estes participantes, a entrevista foi aplicada antes do desligamento e após 4 meses de reinserção da família. Foram também coletados dados junto aos prontuários das crianças das instituições não-governamentais, a fim de diagnosticar o perfil destas famílias. Além disso, com o adolescente, foi aplicado no mesmo intervalo de tempo da entrevista, o mapa dos cinco campos (SAMUELSSON; THERLUND; RINGSTRON, 1996, adaptado por SIQUEIRA; BETTS; DELL'AGLIO, 2006) (ANEXO F), com o intuito qualitativo de mapear a proximidade de relações bem como a constituição da rede do participante, porém o uso completo deste instrumento é composto por uma análise mais minuciosa. Para finalizar, foi realizado um levantamento dos desligamentos que aconteceram no período da coleta, a fim de justificar a alteração da intenção inicial de pesquisar 3 casos para um único estudo de caso.

TABELA 1 – ETAPAS DA COLETA DE DADOS E INSTRUMENTOS UTILIZADOS

Coleta de base	Primeira etapa 1 mês antes da saída do abrigo	Segunda Etapa 4 meses pós Reinserção familiar
Consulta aos prontuários dos abrigos Não – governamentais	Entrevista com a equipe técnica (assistente social, pedagoga, psicóloga) (ANEXO A)	Entrevista com o pai (ANEXO E)
	Entrevista com o pai (ANEXO D)	Entrevista com a criança (ANEXO C)
	Entrevista com a criança (ANEXO B)	Aplicação do mapa (ANEXO F)
	Aplicação do mapa (ANEXO F)	Levantamento dos tipos de desabrigamentos

6.4.1 Entrevistas Semi-Estruturadas

As entrevistas semi-estruturadas (adaptação SIQUEIRA, 2009) objetivaram coletar os dados bioecológicos dos profissionais, do adolescente e de sua família (Pai), durante o processo de reinserção familiar e de desligamento como um todo. Com base no modelo PPCT da teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano de Bronfenbrenner (1979, 1996), no que se refere à *pessoa* verificaram-se suas características sócio demográficas, como idade,

escolaridade e suas percepções e sentimentos quanto à família, amigos, escola e instituição. Quanto aos *processos* buscou-se investigar a sua saída da família de origem, relacionamentos anteriores ao acolhimento, processo de institucionalização, comprometimento familiar neste processo de desligamento e a reinserção familiar na perspectiva das relações que a compõe. Sobre o *contexto* foram investigados os aspectos que constituem os diferentes ambientes pelos quais José se movimenta na transição: o microsistema da família (percepções, sentimento de retorno familiar, vínculo familiar e expectativa de retorno) e da instituição de acolhimento (vivência institucional, relações com as crianças, adolescentes e profissionais da instituição, sua ótica sobre o desligamento). Buscou-se ainda focar as interações entre os microsistemas instituição-família (mesossistema), e como as relações e ações da rede estão pautadas. E por fim, no que tange ao fator tempo, foram ponderados os relatos que emergiam da história familiar, diante de seu cotidiano atual, da rotina e dos acontecimentos no espaço tempo de seis meses em que o trabalho de coleta de dados foi realizado. As entrevistas semi-estruturadas foram gravadas e posteriormente transcritas para a análise qualitativa dos discursos e categorização dos dados.

6.4.2 Mapa dos Cinco Campos

O mapa dos cinco campos (SAMUELSON; THERNLUND; RINGSTRON, 1996, adaptado por SIQUEIRA; BETTS; DELL'AGLIO, 2006) (ANEXO F) possibilita reconhecer a rede de apoio social e afetivo abrangendo estrutura e função. A estrutura concentra a existência da rede, podendo ser avaliada por seu tamanho e composição. A função volta-se às características e qualidades das relações presentes na rede, através do nível de satisfação e qualidade dos vínculos afetivos presentes na rede de apoio social e afetiva (SAMUELSON; THERNLUND; RINGSTRON, 1996). Esse instrumento foi utilizado em 2 (dois) momentos do estudo (1 mês antes e 5 meses pós reinserção familiar) apenas com o adolescente, com o intuito de mapear a proximidade das relações e o fluxo da rede.

Este instrumento é formado por um quadro de feltro, no qual estão desenhados seis círculos concêntricos, que representam os níveis de proximidade do participante, o qual se encontra ao centro, e estão subdivididos em cinco campos: família, amigos, parentes, escola e outros locais (ANEXO F). Em virtude do acolhimento do participante desse estudo, o campo instituição foi acrescentado e optou-se por unificar os campos Amigos e Parentes, mantendo, assim, os cinco campos como no estudo de Hoppe (1998). O participante foi solicitado a

colocar no mapa as pessoas que fazem parte da sua vida em cada um desses campos, sendo que quanto mais próximo do centro a pessoa é colocada como mais satisfatório o relacionamento é percebido. No nível mais externo, quinto nível, o participante pode colocar as pessoas com as quais percebe insatisfação no relacionamento.

A análise partiu da alteração de pessoas, ou seja, do fluxo da rede, da comparação entre a primeira e segunda aplicação, e com o fator de proximidade, identificado a partir da localização dessas em relação ao centro e a alteração na ordem mencionada das pessoas.

6.5 Procedimentos

Para dar início à pesquisa, entrou-se em contato com os coordenadores das instituições de acolhimento não- governamentais do município de Rio Grande, solicitando a autorização dos mesmos para o desenvolvimento do estudo nas instituições. Foi esclarecido que a pesquisadora iria transitar pelos espaços da instituição no período antecedente ao desligamento e acompanhar o processo.

Após contato com a equipe técnica, exposição dos objetivos e autorização assinada em TCLE (ANEXO G)- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido dos profissionais ficou estabelecido que os mesmos colaborariam para o levantamento de dados nos prontuários e indicariam um participante em processo de reinserção familiar. O momento de coleta inicial foi realizado através de consultas às fichas de registro de ingresso nas instituições a serem pesquisadas. A análise documental possibilitou uma aproximação sobre que famílias viviam a experiência de acolhimento institucional, foi possível identificar sua composição familiar, tempo de acolhimento, bairro que residiam, situação atual de convivência familiar, se haviam irmãos acolhidos/ no mesmo ou em outra instituição, e as causas que ocasionaram a aplicação da medida de proteção. Este fato tornou relevante investigar concepções e sentidos de negligência, já que nos motivos de internação, as categorias citadas como: medida de proteção, as situações de risco e negligência pareciam pouco claras para justificar o ingresso das crianças na instituição de acolhimento.

O caso indicado referia-se a um adolescente, José, que já estaria em fase de reinserção, acolhido por motivo de negligência, com irmãos com vivência institucional, sendo que um ainda vivia na mesma instituição que José, uma irmã com a guarda concedida a madrinha afetiva e mais quatro irmãos em lares substitutos, porém sendo vivência de acolhimento. José encontrava-se realizando visitas nos finais de semana na casa do pai há

apenas um mês, já que o caso havia sido colocado em pauta na reunião da Rede de Abrigagem e decidiu-se nesta o investimento na reintegração. Sendo assim, entrou-se em contato com o pai de José, através do dia de visita da família na instituição, a fim de convidar este pai a participar da pesquisa. Obtido o TCLE - termo de consentimento livre e esclarecido do pai, o menino foi autorizado e convidado a participar do estudo, recebendo todas as informações sobre a pesquisa: o foco da investigação, a garantia de sigilo e a liberdade de desistir a qualquer momento, comprovado no TCLE (ANEXO G). Após esse primeiro contato, foram combinadas as visitas tanto com o menino na instituição, como com o pai durante as visitas na instituição e na sua casa.

O processo de coleta de dados foi realizado pautado no procedimento da inserção ecológica (CECCONELLO; KOLLER, 2003) método este que propõe ao pesquisador mergulhar no ambiente ecológico em que o participante vive, possibilitando a aproximação da realidade, observar os processos proximais que a interatividade dos sujeitos apresenta bem como as práticas institucionais junto à família. O diário de campo subsidiou a pesquisadora na descrição dos elementos que emergiram durante as observações. Foram realizadas visitas semanais ao participante. No período que antecedeu o desligamento, estas ocorriam antes e após o retorno da casa do pai. Quanto ao pai, as visitas aconteciam a cada 10 dias. Após a reinserção familiar a assiduidade retornou para a periodicidade semanal.

A coleta dos dados aconteceu em dois períodos: dois meses antes da saída da instituição de acolhimento e após 4 meses de desligamento, contabilizando um total de 6 meses de acompanhamento.

6.6 Considerações Éticas

Antes de ser iniciada a coleta de dados, a coordenação da instituição de acolhimento foi informada dos objetivos da pesquisa, e os procedimentos que seriam adotados pela pesquisadora. A criança/adolescente escolhida bem como sua família podem decidir em relação a sua adesão à pesquisa, Além do consentimento verbal, a coordenação e todos os participantes assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ANEXO G) no qual se encontram registrados todos os procedimentos da pesquisa. Por questões éticas e respeitando preceitos estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069) foi preservada a identidade dos participantes da pesquisa. Embora o Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, não solicite que o projeto seja enviado para o Comitê de Ética da Universidade, todos os passos da resolução do Conselho Nacional de Saúde foram seguidos.

6.7 Análise de Dados

O método escolhido para análise dos dados foi a *grounded-theory*. (CORBIN; STRAUSS, 1990). Trata-se de um método de análise de dados particularmente sensível a contextos. Os princípios da *grounded-theory* auxiliam a compreender os sentidos atribuídos às experiências. Os procedimentos da análise dos dados seguem as seguintes etapas:

Durante a coleta dos dados há uma interação profunda com os dados, para que se inicie um processo de “codificação”. Examinar as transcrições, linha por linha, extrair propriedades e dimensões dos relatos dos entrevistados dará suporte para a formulação de códigos. Nesta etapa, deve-se constantemente retornar aos diferentes momentos das entrevistas, realizando comparações, para que seja possível identificar as propriedades, as dimensões dos códigos e assim formular as categorias.

No momento de nomear as categorias, deve-se observar que a nomenclatura tenha “força conceitual”, ou seja, não se restrinja a um assunto, mas que represente conceitos e categorias. As subcategorias surgem através de um aprofundamento analítico da própria categoria, buscando dar mais precisão as categorias.

A parte final da análise será descobrir a categoria central, e será nela, que as demais categorias irão se integrar. Este é um processo de síntese, onde a partir dos dados coletados, seja possível contemplar as diferenças e semelhanças encontradas nas experiências da população pesquisada. Por ser dinâmico, este método exige flexibilidade, pois o pesquisador deverá fazer movimentos de sair e voltar aos dados o tempo todo.

Tal modalidade de análise dos dados mostra-se adequada para esta pesquisa já que através de seus procedimentos, poderá se obter a compreensão dos significados e percepções atribuídas pelos participantes em relação as transições contextuais.

7. RESULTADOS

7.1 Dados da Inserção ecológica: mergulho ao ambiente natural

A inserção ecológica iniciou por ocasião da busca do perfil das famílias das crianças acolhidas nas três instituições não-governamentais da cidade de Rio Grande. A consulta aos prontuários mostrou que a maior incidência de acolhimento era relacionada à negligência por parte dos cuidadores/responsáveis (62%). No entanto, também foi possível identificar que a drogadição origina boa parcela dos casos de acolhimento (16%) dos últimos meses, embora a dependência química também seja responsável pela ausência de cuidados dos cuidadores.

O caso de José foi indicado pela equipe técnica das instituições, pois contemplava aos critérios de inclusão estabelecidos para este estudo, tais como: idade, causa de acolhimento, indicação favorável de desligamento para família de origem. Como já mencionado, mesmo tendo definido que este projeto inicialmente abarcaria 3 (três) estudos – um de cada ONG- a realidade da cidade constatou que as reinserções acontecem, porém não se enquadravam nos critérios estabelecidos para este estudo. Alguns desligamentos ocorreram de forma muito rápida, com acolhimentos de curto prazo (mães hospitalizadas, responsáveis não encontrados), guardas concedidas a famílias extensas em outras cidades, concentrando na família extensa cerca de 33% dos casos de desinstitucionalização. Conforme já mencionado na sessão método, José vem de uma família de 7 (sete) filhos, dos quais um irmão e uma irmã viviam com ele na instituição. Recentemente a guarda da irmã foi concedida à madrinha afetiva, já que esta solicitou a guarda judicial. O irmão permaneceu na mesma instituição que José retornando ao lar de origem junto com ele, este não foi incluído no estudo pois inicialmente aguardamos mais casos de reintegração, e como não foi possível o estudo já estava sendo desenvolvido, mesmo não participando diretamente como participante o adolescente contribuiu para o mesmo. Quanto aos demais: a irmã mais velha está com a família extensa e os outros três filhos mais novos (um menino e duas meninas) foram adotados por famílias diferentes.

José estava na instituição desde os 3 (três) anos de idade, o que quer dizer que passou praticamente 10 anos acolhido em instituições. Neste período, manteve contato com seu pai assiduamente, o cuidador manteve-se presente pelo menos uma vez por semana. A mãe, no início mantinha um vínculo esporádico com o menino. Seu acolhimento foi causado pela negligência dos responsáveis, os quais eram também ambos, dependentes químicos. Mas,

após uma denúncia de suspeita de abuso da filha mais velha por um vizinho sobre, a possível suspeita de envolvimento dos pais, que estariam favorecendo o ato, os mesmos foram detidos até o esclarecimento, permanecendo 9 (nove) meses detidos. No entanto, segundo consta, nada foi provado. Quando saíram da penitenciária, aconteceu a separação do casal e as crianças permaneceram na instituição.

O pai que é aposentado, sempre compareceu com as responsabilidades materiais que os filhos necessitavam, mas teve um período de dependência química (alcoólatra e usuário de maconha) bastante sério, sendo encaminhado ao ambulatório de saúde mental do município. Com hábitos noturnos e uma vida “irregular”, o pai que era músico passava as madrugadas em bares tocando violão, e isso afastava a possibilidade de retorno dos filhos para casa. Com o passar do tempo Seu João se organizou no sentido de se livrar da dependência, passou a residir em uma casa sozinho. Entretanto, permanecia a tocar pelos bares.

Foi o momento em que durante uma reunião do Rede de Abrigamento⁴, momento este que toda a rede de atendimento voltada à proteção de crianças/adolescente discuti cada caso de acolhimento, as decisões de ações futuras, investimentos, e até mesmo destituição acontecem no encontro, em especial na reunião do mês de setembro de 2010 o Juiz questionou a possibilidade do pai assumir os cuidados já que financeiramente era responsável. Seu João foi chamado na instituição de acolhimento e a ele foi colocada a situação e as condições exigidas para que ocorresse a reinserção familiar. Isso significava que ele deveria rever alguns hábitos do seu estilo de vida.

Para os meninos era a possibilidade de fazer da esperança uma realidade. Durante as visitas na instituição, antes e pós visitas de finais de semana na casa do pai e observações nas visitas familiares, pode-se perceber as expectativas que permeavam aqueles contatos, e que as modificações iam aparecendo a cada retorno para a instituição.

O acompanhamento de período Pré Reinserção Familiar proporcionou um olhar para além do já vivido, pois era uma preparação para o que teriam que aprender a viver. Posteriormente, isso ficou visível na fala de ambos, que relatavam a toda hora que teriam que conversar sobre as dificuldades da nova experiência.

A cada conversa informal, no chão do pátio da instituição, José deixava claro que o diálogo era o “carro chefe” e que essa oportunidade era única, nunca antes vivida e por isso teriam que aproveitar. A maturidade daquele menino de apenas 12 anos sobre o processo vivido era fundamental. Tão logo foi feito o contato inicial de convite para a sua participação

⁴ Reunião em que a Rede de Proteção da Criança e do Adolescente se reuni para discutir os casos de cada criança. Promotor, Juiz, conselheiro, equipe dos abrigos...

na pesquisa, foi colocado a ele que tratava-se de uma pesquisa de Mestrado, correspondente a uma fase após a faculdade, na qual temos que estudar um tema. Foi-lhe dito sobre o interesse no assunto do Processo de Retorno a Família de crianças institucionalizadas e que a escolha do seu nome se relacionava a isso, por isso o convite a ele. A resposta de José foi muito interessante e evidenciou a sua solidariedade: “Tia, tu estuda e eu digo como é, é isso? Se é isso, eu te ajudo a passar”.

As visitas do pai na instituição se mantiveram e mesmo com a freqüente ida aos finais de semana, Seu João passou a freqüentar um grupo de Educação Familiar por indicação da equipe sob alegação que isso poderia lhe ajudar a melhor receber os filhos. No referido grupo eram discutidos assuntos presentes no cotidiano das famílias, como comportamento, afeto, dificuldades na educação dos filhos e etapas do desenvolvimento humano.

José começou a se envolver e perceber que a casa que iam (ele e seu irmão), todo final de semana não era apenas um passeio e sim, sua casa. Eles começaram a ter o sentimento de pertencimento àquele lar e começaram a cuidar: cortavam grama, escolheram a cor para pintar as paredes, queriam participar do processo de acomodação que a casa estava passando.

Foram 2 (dois) meses de acompanhamento do processo inicial antes do desligamento de José da instituição de acolhimento. Após a reintegração definitiva da família as visitas que se mantiveram periodicamente na casa do Seu João durante o período de quatro meses. Durante esse tempo foi possível perceber as estratégias de preservação e cuidado que aquela família estava utilizando, pois todo e qualquer motivo que pudesse colocar em risco a oportunidade de (re) união, era afastada daquele contexto.

Os meninos começaram a ter conflitos quanto à conservação de vínculo forte com a instituição de acolhimento, mantida por José, já que este freqüentava o ambiente de acolhimento para auxílio nos estudos. Isso era visto pelo irmão mais velho como desnecessário, pois poderia fazer isso na sua própria casa.

Mas uma decisão que provou o quanto ainda estavam defensivos no processo de reintegração foi o fato de terem negado o pedido da irmã mais velha para residir junto com eles. Justificaram dizendo que a menina já tem outra vivência e que isso poderia colocar a perder toda a organização que eles estavam construindo. A questão do inacabado também é outro aspecto relevante, já que o fato de estarem morando todos juntos não sintetiza o fim da organização que a família precisa.

Simple atitudes revelavam as aprendizagens e as novas experiências para o pai e para os filhos. Isso se evidenciava desde o fluxo de pessoas na casa, o qual causava estranhamento

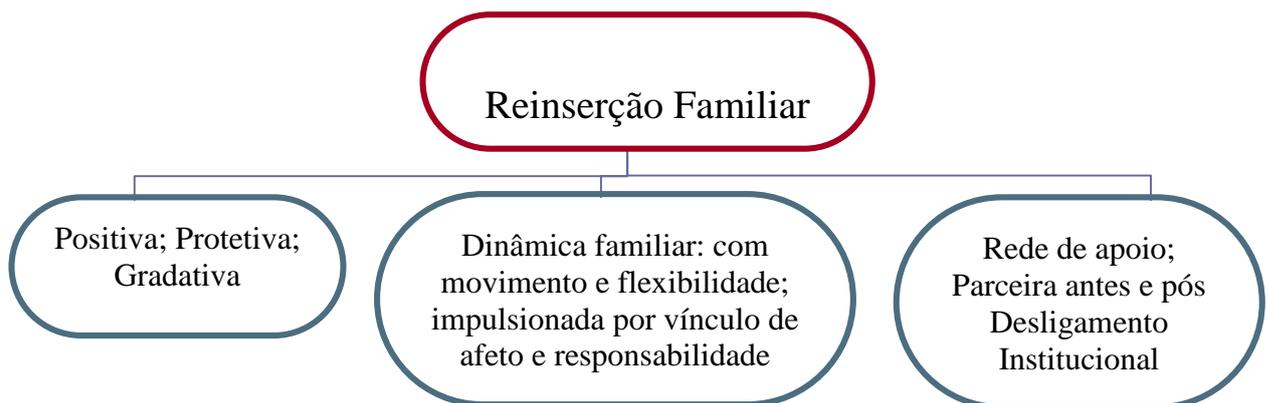
ao pai, que já vivia há muito tempo sozinho até as atitudes dos filhos em atos simples como cortar o cabelo do pai, uma intimidade no contato que está sendo explorado a cada dia.

Como se pode ver trata-se de uma história familiar repleta de indicadores de risco, mas que gerou um acolhimento intenso, após mais de 30 anos de dependência química dos adultos e que se fortaleceu em suas fragilidades para resultar um Pai (figura masculina) que assume os cuidados dos filhos. A superação dos paradigmas está presente nessa história que a cada dia *aprende a ser família* por um ângulo que talvez nem possa mais ser lembrado. Seria possível afirmar que a resiliência parental deste genitor emergiu apesar do risco? Mas, quais foram os mecanismos de proteção que propiciaram estes resultados? A seguir apresenta-se o corpo de análise da coleta de dados realizada com todos os participantes.

7.2 As entrevistas com a equipe técnica

As entrevistas com a equipe técnica tiveram como objetivo compreender as concepções e percepções destas profissionais acerca da RF bem como, obter a indicação do caso a ser acompanhado.

Segue abaixo a síntese das profissionais a respeito da transição que ocorre durante a reinserção familiar:



7.2.1 A entrevista com Assistente Social

No que se refere às suas considerações sobre Reinserção Familiar, a profissional expressa como percebe o processo. O Diagrama 1: Síntese das entrevistas com a equipe técnica, descreve as categorias e subcategorias encontradas na análise dos relatos da equipe técnica.

Conforme descrito, a profissional denota um olhar otimista e refere-se à reinserção como um processo **positivo**, pois alega que é a chance de retorno da criança e adolescente ao convívio familiar após o tempo de acolhimento. No entanto, a profissional apresenta considerações sobre as estratégias de retorno e pontua que só será positivo se o processo acontecer de forma **protegida**, sem riscos para os envolvidos em viver as mesmas situações que motivaram a internação.

A assistente social coloca que a RF surge da **flexibilidade** que caracteriza o **movimento de força da dinâmica familiar**, sustentado primordialmente pelos **vínculos afetivos**. É com esse suporte que as famílias se dispõem para a iniciativa de organização e de inserção na rede de apoio. Conforme expressa a sua fala: *“O que vai mobilizar é o grande desejo. Como é esse vínculo, se esse vínculo é tão forte quanto a história dessa criança na família. A disponibilidade interna é que movimenta tudo. Claro daí o que acontece, existindo uma rede onde ela possa ter apoio né, para que ela possa se fortalecer junto com esta disponibilidade, e se torna forte e ciente para proteger novamente os filhos”*.

A profissional ainda ressalva a importância da rede bem articulada para o decorrer do processo, apontando que dessa forma a rede é um facilitador e suporte da família, mas também quando **não permitir o acesso torna-se desfavorável** ao trabalho. O suporte oferecido pela rede quando articulado com a equipe pode vir a intervir em pontos de fragilidades familiares, não ocorrendo unificação dos atendimentos (rede e equipe) as intervenções ficam fragmentadas.

A profissional acentua que por se tratar de casos de negligência, o trabalho de RF vai lidar com **/ausência de cuidados** ou cuidados inadequados, além de uma **estrutura parental comprometida** pela pouca clareza de papéis, entre outros aspectos. E, acrescenta que essa postura parental pode ser relacionada com as **experiências infantis com as figuras parentais** de apego que essas famílias tiveram (ausência) na sua história de vida. *“Esse pai não é pai e essa mãe não é mãe, eles não tem esses papéis e acabam negligenciando os cuidados com os filhos. E que muitas vezes eles também não tiveram essa figura materna e paterna, então eles vão levando como dá”*.

Ao relatar as etapas e os aspectos que movimentam o fluxo da RF, a assistente social afirma que os primeiros movimentos da família são os mais difíceis, pois existe uma **rigidez, uma resistência e negação**. *“Eles tem uma resistência nos primeiros contatos, uma negação a negligência, justificando com fatores externos”*. Mas, a **disponibilidade individual** faz com que o trabalho seja aceito, no ritmo de cada família, e das particularidades da mesma. *“Só depende da disponibilidade dele enquanto ser humano né, claro que tem outras questões, mas tendo a disponibilidade, eles estando abertos para um trabalho tu acabas encaminhando para os serviços da rede e eles conseguem sim. Na facilidade, vai depender das famílias, cada família tem suas particularidades”*.

Explicita a importância da rede de apoio social no decorrer de um **processo gradativo**, cujas orientações visam a **fortalecer o apoio externo à família** para que ela encontre o suporte da sua própria comunidade. As observações da rede devem estar associadas às percepções das crianças e adolescentes, para que o processo efetivamente aconteça. Por isso, a assistente social esclarece que para ocorrer a desinstitucionalização é preciso clareza e segurança que o **processo será protegido** e isso implica em **ouvir a criança e o adolescente**, para pesquisar como estão sendo a dinâmica nas visitas: *“fazendo a escuta com as crianças do desejo de voltar para essa família, o acompanhamento pra saber como ela tá”*.

A fala da entrevistada denota a importância de **continuar com o acompanhamento** profissional e contatos da rede local, tão logo a família se apresente organizada para receber a criança ou adolescente de volta e se constate que o ambiente será em prol do desenvolvimento da mesma.

7.2.2 A entrevista com a Psicóloga

A profissional inicia sua fala apontando que o retorno para casa precisa **ser protegido**, e que isso é esperado com expectativa por todas as crianças e adolescentes institucionalizados. *“Na verdade eles ficam na expectativa de voltar para casa e ter uma família o tempo todo”*. Mas para ocorrer o retorno a profissional coloca que é preciso que o ambiente familiar **proporcione condições de proteção**, e que para tanto é preciso haver modificações na dinâmica familiar que conduziu ao acolhimento. Essas modificações surgem através do **vínculo** que impulsiona a iniciativa da família a se reorganizar com flexibilidade. A busca pelos serviços de atendimento, adesão pelas orientações e mudanças sugeridas pelos profissionais, e a alteração das rotinas familiares por outras sugeridas, demonstram a

flexibilidade familiar pela melhoria. O movimento da família em buscar as mudanças, muitas vezes não acontece de imediato, pois a aceitação e o engajamento demandam tempo, dificultando o processo. A psicóloga coloca que algumas famílias demonstram uma certa “passividade” diante da situação do filho (a). *“Não se movimentam no sentido de se organizarem para receber seus filhos de volta”*. Segunda a mesma, isso descompromete a família em assumir os cuidados.

A profissional remarca que o movimento de mudança deve focar na causa do acolhimento, mas, que no entanto, quando o motivo é negligência, este não é isolado, e abarca quase todas as **faltas de atenção primária e cuidados básicos**, é *“não prover com as necessidades de desenvolvimento saudável”*, pontua a psicóloga. E, a partir da causa central de acolhimento que o Processo de Reinserção deve se basear, conforme a profissional. Para que haja RF bem sucedida, é preciso **movimentar a dinâmica familiar** para que a mãe/pai/cuidador responsável possa vir a exercer o direito e o dever de **assumir os cuidados do filho**. A psicóloga pensa que o incentivo à responsabilidade parental é crucial, além de um trabalho de **articulação com a rede**, para possibilitar a (re) organização da família, que isoladamente não valida o processo. O **fortalecimento do vínculo** entre os membros da família é fundamental na visão da profissional, e a partir de observações das relações e dos comportamentos se obtêm clareza sobre a viabilidade de um trabalho de RF **positivo** onde o desligamento acontece por completo. O atendimento e suporte acontecem agora para além da instituição, a **rede faz o acompanhamento** mais próximo de fortalecimento a partir de então. A rede de apoio mais uma vez é apontado como continuidade do trabalho exercido pela equipe. A psicóloga acredita que após a saída do ambiente institucional o acompanhamento também acontece gradativamente, tendo a rede como parceira neste processo.

7.2.3 A entrevista com a Pedagoga

A reinserção familiar é vista pela profissional como uma **importante** experiência de retorno para casa, de **volta a um espaço** ao qual tem direito **de cuidado**. *“É voltar a fazer parte de uma coisa que tens direito, é desse espaço menor, de estar sendo cuidado, olhado mais de perto, de uma vivência diferente daqui do abrigo.”* Mas, salienta que essa experiência só deve acontecer de forma que a criança e adolescente se sintam **seguros, cuidados e protegidos**.

Para esta entrevistada, o trabalho de reinserção começa na **oitiva da família**, onde se percebe o **desejo** de (re) organização e é o **vínculo** que instiga as famílias para o movimento de superação das fragilidades. *“Só o desejo de eu quero meus filhos, eles são meus e não vou deixar eles ai, eles se movimentam, faz com que as pessoas fiquem receptivas, mesmo com as dificuldades deles”*. No entanto, ela reconhece alguns aspectos que interferem no processo, como, por exemplo, a dificuldade de se (re) organizarem enquanto grupo familiar, muitas vezes oriunda de pessoas com problemas psíquicos na família, ou drogaditos. Enfatiza ainda que a entrada da família na instituição mobiliza a superação de barreiras, pois muitas vezes a estrutura da instituição “assusta” quem vive em condições precárias. *“A própria estrutura da instituição, tem pessoas e famílias muito humildes, eu te digo assim ó, a bens materiais, a estrutura que a própria instituição está erguida, então assim ela assusta quem vive em condições bem precárias”*

Outro termômetro que determina o sucesso do trabalho de RF na opinião da entrevistada é a **reação das famílias**, que ora se mostra na defensiva, ora parecem apavorados. *“Elas dizem que são incompreendidas, que são injustiçadas, elas se vem com vergonha, a família tem isso, ela vem na defensiva, em outros casos não, vem apavorados, ai meus deus, mas geralmente vem na defensiva. Tudo é muito dinâmico”*. Quando a **família extensa** participa da dinâmica familiar, a educadora relata que esta vem em busca de orientações para obter a criança/adolescente de volta. *“Quando a família extensa, tio ou avos que participavam daquela dinâmica, vê que aquela criança foi parar no abrigo, ela vem pelo amor de Deus eu não quero a minha família ai né. O que eu posso fazer para ter essa criança de volta, então ela vem extremamente receptiva, ela vem para buscar o que ela tem à fazer, ela vem aberta”*. A negligência que ocasionou o acolhimento é traduzida pelo **conflito familiar** no geral, abrindo um leque de situações, as quais irão exigir estratégias de trabalho diferenciado. *“As crianças são negligenciadas e colocadas em risco, por que aquela dinâmica sofreu uma ruptura, sofreu uma quebra e a família não está sabendo como se reorganizar dentro daquele conflito que ela está vivendo, dentro dessa ruptura, entendesse, por isso que elas precisam de uma estrutura geralmente externa que ajudem elas a se reorganizar a partir daquele fato”*.

A pedagoga relata que de acordo com o motivo, a entrada da criança também é **muito dinâmica**, e dependendo de como isso acontece, o trabalho da equipe vai se movimentando. *“Geralmente elas chegam no abrigo como tábula rasa, sem história. A criança simplesmente chega no abrigo com um tempo termo, um papel. A criança, a roupa do corpo e um papel dizendo “negligência”*. A **proximidade do caso**, a **escuta da criança/adolescente**, orientam

o início das possibilidades a serem investidas, “*As histórias são variadas, as histórias as vezes tem estratégias que se ampliam muito*”. Ao que parece a educadora tenta evidenciar o desconhecimento dos órgãos de atendimento à criança e adolescentes da história real de cada criança encaminhada para acolhimento e que ouvir a criança em outros espaços que antecedem a instituição, poderia facilitar a dinâmica do trabalho da equipe técnica em favor da criança.

A identificação do momento de retorno também é específica e deve ser **cautelosa** e **gradativa**. Segundo a pedagoga, está relacionada ao **movimento de organização da dinâmica familiar**, e suas possibilidades de lidar com o **estranhamento** em estar de volta ao seu ambiente de origem. “*Pode ser o sofrimento da criança, a família estar dando respostas positivas a tudo aquilo que se propôs para ela, e as respostas que a família dá é que vão dizendo o quanto ela está pronta, em outras situações é a partir de laudos e encaminhamentos para a rede, por que nem sempre é só o nosso olhar*”.

Para dar prosseguimento ao processo de Reinserção Familiar, a profissional valoriza a **participação da rede de apoio** para a potencialização das famílias. Acentua que rede muitas vezes é a própria família extensa da família, que desempenha esse suporte de apoio e colaboração na organização familiar.

Em conclusão às suas idéias, a pedagoga enfatiza que o desligamento não pode significar final de atendimento, sendo **fundamental o acompanhamento** com foco na orientação quanto a clareza de papéis familiares. A profissional coloca que a rede ainda conta com falhas de alguns agentes sociais que acabam realizando o papel de orientador familiar, sem efetivamente conhecer a dinâmica no seu funcionamento. A importância desse suporte quando bem realizado, pode evitar futuras situações de risco e futuro (re) ingresso institucional. Ela diz: “*quando uma mãe diz: eu não posso com a vida dele; ela tá dizendo que não tem claro o seu papel de mãe.*” Denota que a mãe se perde na função parental e no exercício de colocar os limites.

7.3 A Entrevista com o Adolescente/José – 1ª etapa

A entrevista aconteceu com José, após um mês de acompanhamento do processo de reinserção do menino. O menino aguardava esse momento com ansiedade. José tinha acabado de completar 13 anos, cursava a 5ª série do ensino fundamental, conversou sobre seus 10 anos de acolhimento institucional bem como sobre a **possibilidade do retorno** ao convívio do pai.

José relata que a vivência relacional na instituição lhe **proporcionou muitos amigos** e que com eles realiza muitas atividades: *“Na verdade a brincadeira que faz parte da vida, tipo as vezes de esconder, as vezes falar de coisas sérias também, da vida pessoal, jogar bola, essas coisas assim...”*. E com as monitoras, a relação não difere e além de **positiva**, José as **responsabiliza por sua educação**: *“É muito, muito boa. São elas tipo que me deram essa educação que tenho hoje.”* Quando refere-se a morar na instituição coloca: *“Ah! É legal, pela bagunça, pela paz que a gente tem né”*.

Os momentos de conversa são compartilhados com os amigos, monitoras e com seu irmão, e quando se trata de assuntos mais delicados José conta que divide com as monitoras e com seu irmão que vive na instituição. *“Conta eu conto para a psicóloga e pras tias. Tipo, da minha vida pessoal eu não gosto de contar pras crianças, criança eu também sou... mas não gosto”*.

Ao caracterizar o irmão: *“É um irmão assim, bom pra mim, é um irmão... como é que se diz... além de ser meu irmão é meu ombro amigo também”*. E sobre o pai: *“também, também é meu ombro amigo e meu irmão, opa (risos), meu pai e que nunca abandonou a gente.”*

José **não tem lembranças** da sua vida antes do acolhimento, pois era muito pequeno, e faz comentários sobre o que sentiu ao saber da oportunidade de voltar para casa: *“Na verdade eu nunca esperei de voltar pra casa. Pensava que ia chegar os meus 18 e eu ia ter que tocar a minha vida fora daqui. Quando veio a oportunidade eu fiquei feliz, por que eu sempre quis.”* José diz que a oportunidade depende do pai, *“Ele tá se ajudando. Vai comprar essa casa agora e vamos seguir em frente, vai ser uma nova vida na mesma vida”*. E expressa seu **sentimento familiar** ao dizer o que mais sente falta: *“Do meu pai, da minha família reunida, e isso é difícil.”* E termina falando da frequência esporádica em que encontra os demais irmãos.

José percebe a reinserção como uma **oportunidade positiva**. *“Assim oh! Nunca teve essa oportunidade, e como tem agora tem que agarrar com as duas mãos, eu digo com força. Não errar de novo. Não ficar mais anos, sem ver a família, essas coisas, passar por tudo de novo.”*

A expectativa de compreensão conduz o olhar do menino perante o futuro, *“Agora vamos ver o que vai acontecer continuar em frente junto. Primeiro lugar a gente vai ter que, quando alguém tiver brabo, vai ter que conversar, em primeiro lugar, sem brigas. Vai ter que saber se coordenar conversando.”*

José recorda que seu irmão sempre foi seu amigo, e seu pai também. Enfatizando a questão do companheirismo durante todos esses anos e sobre a mãe expressa uma mistura de sentimentos: *“É eu gosto dela por que sei que nasci da barriga dela, mas não gosto muito. Agora meu pai e meu irmão tiveram sempre comigo”*. Não querendo prolongar o assunto sobre sua mãe fica claro que com ela remanesce o vínculo biológico de nascimento.

O sentimento de pertencimento sobre a nova casa foi **gradativa**, antes José relatou que no início achava ser apenas uma “visitinha”, porém com a medida em que foi acontecendo, essa idéia mudou: *“É meu, me sinto confortável, tipo não sou mais visita, entendeu. Agora acho que é **minha casa**.”*

Ao final, José conclui a entrevista com sua **expectativa ao processo**: *“Vamo vê como vai acontecer, tem que deixar rolar”*.

7.3.1 Resultados: 1ª. Aplicação Mapa dos Cinco Campos

Primeira aplicação do instrumento mapa dos cinco campos ocorreu um mês antes do retorno para casa, neste momento José inicia pelo correspondente a instituição, citando seu irmão, a madrinha afetiva de um de seus amigos, o motorista da combi, e por fim as coordenadoras da instituição, (a,b e c) no segundo nível. Na família, seu irmão é colocado bem junto a sua figura, logo depois o pai, a irmã que morava na instituição e que a pouco tempo havia tido a guarda concedida a madrinha afetiva e no segundo nível coloca um amigo que tem um tempo de institucionalização bem próximo, **não mencionando os demais irmãos**. No campo da escola seu irmão aparece novamente em primeiro, depois generaliza os meninos e as meninas da instituição, e justifica que o número é grande, e dois colegas de aula. Aparecem também no mapa seus amigos do futebol, no campo referente a amigos e parentes.

Quando questiono a presença do irmão em mais de um campo, tenho a justificativa dizendo: por que **ele me acompanha sempre**. E indica mais de pessoa com **fonte de apoio, seu irmão**, uma das coordenadoras e seu pai, a questão de ajuda foi mencionada como espécie de apoio.

Composição do Mapa dos Cinco Campos (ordem conforme disposição dada pelo participante) :

CAMPO FAMÍLIA:

Nível 1: Irmão, pai, irmã

Nível 2: Amigo A da instituição

Nível 3: ninguém mencionado

Nível 4: ninguém mencionado

Nível 5: ninguém mencionado

CAMPO INSTITUIÇÃO:

Nível 1: Irmão, Tia “dinda de um amigo”

Nível 2: Tio motorista, coordenadora A, coordenadora B, coordenadora C

Nível 3: ninguém mencionado

Nível 4: ninguém mencionado

Nível 5: ninguém mencionado

CAMPO ESCOLA:

Nível 1: Irmão, meninos e meninas da instituição

Nível 2: Amigo da escola, Amiga da escola

Nível 3: ninguém mencionado

Nível 4: ninguém mencionado

Nível 5: ninguém mencionado

AMIGOS/PARENTES:

Nível 1: Amigos do futebol

Nível 2: ninguém mencionado

Nível 3: ninguém mencionado

Nível 4: ninguém mencionado

Nível 5: ninguém mencionado

OUTROS LOCAIS:

Nível 1: Amigo instituição B, amigo instituição C

Nível 2: Amigo x, amigo xx

Nível 3: ninguém mencionado

Nível 4: ninguém mencionado

Nível 5: ninguém mencionado

7.4 A Entrevista com o Responsável – 1ª etapa

A primeira entrevista ocorreu no mês anterior ao retorno de José à sua casa e foi agendada diretamente com o pai, sendo realizada na casa do mesmo. Seu João iniciou a entrevista adiantando: *“A história da gente a gente nunca esquece, grava para o resto da vida. Olha essa história é longa! Eu não me esqueço de nada, tudo que me aconteceu no passado eu não me esqueço.”* Fala da importância do serviço para a vida e relata que aos 12 anos de idade foi deixado pela mãe na casa de sua avó materna, indo trabalhar muito cedo. Associando ao momento atual, Seu João relata o **movimento de organização** das contas para comprar a casa que alugava, e dar estabilidade aos meninos: *“Eu não penso em mim, eu penso nos meus filhos que eu já to velho, mas quero deixar eles arrumado”*.

Ao falar dos filhos, que são sete, Seu João fala de cada um situando o rumo que cada um teve, entre **adoção, família extensa, madrinha afetiva e acolhimento institucional**. Frisa que ao perceber que estava perdendo os filhos dado o descaso de sua companheira, a qual assinava pelas liberações das guardas, fez contato com o advogado para interceder: *“Eu não fiz filho pra dá”*. Essa interpelação fez com que quatro dos filhos permanecessem na instituição de acolhimento. *“Era para ta todos lá e aos poucos ir encaminhando pra família e morar todos juntos”*.

Seu João fala dos 10 anos que percorreu duas instituições, já que tinha uma de suas filhas em uma instituição governamental e os demais na ONG. Relatou que fazia a visita aos dois até o momento em que a menina foi desinstitucionalizada e foi morar com uma tia, passando a depositar pensão para custear os cuidados da menina. *“E eu fiquei uns três anos nesse acompanhamento, Inst. A- Inst. B. Eu saia da visita de um e ia pro outro, mas mais ou menos assim é a minha vida 10 anos. Por isso eu fiquei pouco estressado, tem horas que eu sinto uma emoção, que parece que as crianças já tão dentro de casa comigo. Por que é uma luta de anos, de anos mesmo.”*

Quando questionado sobre a periodicidade que sempre manteve, ele conta que para estar vivendo esta expectativa de retorno foi preciso **reorganizar seus hábitos**, firmando sua assiduidade no atendimento da saúde mental (onde tratava sua dependência química). Passou a frequentar o grupo de Educação Familiar e parou de tocar a noite. *“Como meu objetivo é meus filhos eu parei, embora os meus amigos do conjunto andem desgostosos comigo eu parei! Eu escuto do grupo, Ah! Como é que tu vai parar de trabalhar por causa dos teus filhos! E conclui: “Eu nem vivo disso, não é assim, eles tem os filhos deles dentro de casa com eles... eu não!”*

Com a boa relação que foi se constituindo com a instituição, Seu João fala da liberdade de freqüentar a instituição em horários variados, estando sempre presente. Quando expõe as características de José, Seu João diz que **ele é muito amigo**, e logo fala da boa relação entre José e seu irmão que mora na instituição com ele. E coloca que José é muito prestativo, mas que não quer que os meninos fiquem fazendo coisas da casa só por que irão voltar para casa. E termina ressaltando: *“Eu defino ele assim, que ele tem vontade de crescer, mas ele vai precisar de muita ajuda por que tu sabe que a vida é difícil, mas eu vou procurar ajudar eles no mais que eu posso.”* Fica explícito portanto, a **disposição paterna em ajudar** e se fazer presente quando necessário para os filhos.

Ao falar da entrada na instituição, Seu João relata momentos em que vivia com sua companheira, a mãe de seus filhos, e a responsabiliza em alguns momentos pela instabilidade de seu casamento e pelo fato das crianças terem sido retiradas deles, já que não se fixavam em uma residência.

Quando descreve os acontecimentos, Seu João sempre remete ao caso da suspeita de abuso de uma das suas filhas, o qual denunciou o fato e o suspeito os acusou, a ele e a sua companheira de cúmplices. *“Foi ele que queria nos prejudicar, ele falou tanta coisa ao nosso respeito que só vendo”, “O risco que eles tinham é que eram bem cuidados se fossem mau cuidados tavam na rua”*. E após conclui: *“Depois da cadeia tudo ficou difícil”*.

A freqüência das visitas surgiu da **boa receptividade** da instituição, *“A minha relação sempre foi boa, eu até me surpreendi quando a Dona Mara falou que para mim tava liberado”*, e frisou que aproveitou a **oportunidade** que teve, *“Sempre que eu dava uma voltinha já ia lá ver como eles estavam, às vezes ia a pé outras vezes de ônibus, acho que elas começaram a ser amigas minha por causa que viram o meu interesse pelas crianças, teve até umas horas que eu achei que eu ia perder esse contato de pai com eles e eles continuam meus filhos, fico muito contente.”*

Seu João apresenta **sentimentos de gratidão** para com a instituição de acolhimento, pelo cuidado que dispensaram aos seus filhos por esse longo tempo, e por isso, julga positivo o afastamento dos filhos. A instituição segundo Seu João foi seu **grande apoio** para estar vivendo esse momento, *“Só deles cuidarem eles todo esse tempo é mais que um apoio, ao bom tratamento da educação, isso já é um baita apoio.”* Em contrapartida, denota **temores e dúvidas** sobre poder oferecer aos filhos, os mesmos recursos da instituição. *“Eu tenho é que agradecer, por que elas fazem um bom acolhimento, um trabalho da melhor qualidade, tanto que tá perto dos meus filhos voltarem para casa, elas conversam com eles lá e comigo. E como elas tem o interesse em que os filhos voltem pra casa, o pai fica assim mais feliz já que*

acreditam na gente.” Quando fala sobre as **mudanças** necessárias para o retorno dos filhos, Seu João culpa a sua própria conduta, e o envolvimento com drogas que tudo dificultava para o retorno. *“Eu sempre quis e a droga não deixava... mas drogado não dava condições de cuidar deles”*. Como facilitador, refere o seu **acesso à rede de atendimento** que lhe deu firmeza e segurança de si. *“Agora eu sei que tinha que terminar de criar meus filhos e é isso que vou fazer”*.

Mesmo sendo a institucionalização, em alguns sentidos a pior vivência que já teve, sendo esta a circunstância do afastamento dos filhos de seu convívio, Seu João coloca que sempre teve consigo a **esperança do retorno dos filhos**. Lamenta não estar recebendo todos neste momento. Para adaptarem-se à nova experiência Seu João tem conversado com os filhos sobre as diferentes realidades: a da instituição de acolhimento e a da casa deles.

A insegurança de exercer uma postura não antes vivida é demonstrada quando Seu João relata outros **temores: o de não saber como colocar limites**. Refere que teme os momentos em que terá que dizer não, e ao mesmo tempo diz que ganha motivação frente aos seus medos quando sente a aproximação afetuosa dos seus filhos. *“Eu tenho companhia, então me sinto bem mais forte para enfrentar essa nova vida, por que é uma nova vida”*. E, valoriza com alegria evidente, a RF como **positiva**: *“Por que eu nunca quis perder eles, deixar eles abrigados, nunca pensei nisso aí mesmo, mas não tá perdido, por que um dia eles vão ficar moços e vão procurar o pai”*. A esta altura parece estar referindo-se aos filhos que estão em famílias substitutas.

Em alguns momentos da entrevista, a expectativa da RF é regada de muita **felicidade** na expressão de um choro contido por emoções. *“É que é emoção que começa a bater, daí eu tenho o meu violão pra me entreter, um choro seco que vem de dentro, uma emoção de um monte de anos.”* Ciente das suas responsabilidades, deposita na **dinâmica familiar e no entendimento mútuo**, a base para *“fazerem certo”* ou *“tentarem fazer certo, sem aborrecer ninguém”* evidenciando seus desejos de não decepcionar os filhos e a instituição. E conclui firmando seu compromisso com a educação familiar, antes responsabilidade da instituição e que agora passa a ser seu principal compromisso. *“Se depender de mim eles vão estudar até ser alguém na vida”*.

7.5 A Entrevista com o Adolescente/José – 2ª etapa

Conforme previsto pelo método desta investigação, após quatro meses de retorno ao convívio na casa do pai foi realizada uma nova entrevista com José. Agora, o menino já está na sua casa e pareceu estar muito a vontade morando com o pai e com o irmão. José faz questão de incluir a cachorrinha no núcleo da família: *“Agora é eu, meu pai, meu irmão, ah! Tem a Mel não posso esquecer dela”*.

Mesmo estando há poucos meses no bairro, José exerce suas **habilidades relacionais** e já fez **amizades na vizinhança**, mas sempre lembra dos muitos **amigos da instituição**, com os quais mantém contato frequentemente, recebendo visitas e vendo-os na escola. Um fato importante na RF de José é que ele pode permanecer na mesma escola que freqüentava quando estava acolhido e ainda freqüenta a própria instituição onde recebe aulas de reforço escolar. A **gradualidade do processo de RF** fica garantida a partir destes dois aspectos. Quando comenta das vivências na instituição, fala com **nostalgia das amizades, brincadeiras**, até mesmo das **briguinhas**, e principalmente no que refere-se ao cuidado, educação e das conversas que tinha com as monitoras. Em especial da Tia Mara, a qual o ensinou muito sobre viver naquele ambiente e sobre a vida propriamente dita.

José percebe uma diferença entre a vivência da instituição e a sua vida agora: *“A diferença é grande, aqui tipo é não sei te dizer, mas aqui fora é muito mais difícil que lá dentro, mas sabe como é não sei te dizer, lá é uma proteção. E aqui fora é outro ritmo, outro sistema.”* José parece querer dizer que sente-se mais responsável pelo que possa ocorrer de bom ou ruim, de certo ou errado, portanto, sente um peso maior na vida fora do ambiente institucional.

Em meio a recordações, José deixa transparecer a saudade das pessoas com as quais se relacionava e não mais encontra diariamente. E para esquecer e despistar a saudade coloca: *“Para esquecer eu vou e bagunço, brinco com a Mel.”* A diversão e a brincadeira é a estratégia de coping de José para sanar esses **sentimentos de tristeza**, compreensíveis e adequados à situação que vive..

Segundo José estar em casa com o seu pai está sendo muito bom: *“está maravilhoso, todo mundo reunido. Eu acho que todo mundo do abrigo pensa e tem a esperança de voltar pra casa. Bah!É bom...”*. E diz que tem uma **rotina** um pouco diferente, e que tocam violão, **conversa** muito com o seu pai, com os vizinhos, pois já conhece bastante gente do bairro.

Quanto ao fato de estar vivendo esta nova experiência, José relata a **positividade dos objetivos**: *“Bom é todo mundo em casa querendo mais do que a gente já tem, que as coisas*

dêem certo”, e em contra partida fala **das discussões que permeiam uma família**: “*Ah! Dificuldade eu vejo nos hábitos com o outro, bom dia... boa tarde, aqui fora é outro ritmo, queria mais do que eu tinha, amizade, companheirismo.*”

Sobre os lugares que passou a freqüentar, diz que a casa da avó paterna tem sido um dos locais. Quando não sai na companhia do pai, o avisa: “*Quando eu saio eu dou um abraço no pai e digo – oh! Pai to indo, vou em tal lugar, esse tipo de coisa.*” Em sua rede de apoio, José intitula **o pai como primeiro apoio** e a tia Mara também vem como referência para ele. E diz que nunca teve problema, pois sempre tem pessoas com quem pode contar e **valoriza estas relações** e sabe da importância que elas têm na sua vida.

Quando questionado sobre sua mãe expressa-se: “*Não tenho mais contato com a minha mãe, a minha mãe, a gente não tem relação, e eu tenho motivos muitos sérios pra não ter. Ela nunca procurou a gente e agora nesse momento eu diria não pra ela,... ao passar do tempo,... eu não sei o que vai rolar.*” A partir desta fala, pode-se perceber que José não está preparado para encontrar a mãe agora, mas não exclui a possibilidade de vê-la daqui a algum tempo. Além disso, ele percebe esse momento como diferente pra melhor e exemplifica com o melhor contato com o irmão: “*Minha relação com o meu irmão tá melhor agora. Aqui a gente tem que ser unido, lá a gente era irmão no meio de todo mundo*”. E finaliza falando da dinâmica familiar e de sua compreensão dos problemas que se fazem presentes em qualquer família, mas que são resolvidos com **diálogo**, uma categoria bastante presente ao longo do seu discurso: “*Tudo muito calmo, mas problema todo mundo tem, e o pai tem conversado um monte com a gente.*”

7.5.1 Resultados: 2ª. Aplicação do Mapa dos Cinco Campos

O instrumento teve reaplicação quatro meses após o desligamento da instituição, revelando algumas mudanças quanto ao fluxo de pessoas citadas e a posição que ocupavam. Iniciando pelo campo da família o **pai é colocado em primeiro**, seguido pelo irmão, e no segundo nível o amigo da instituição seguido da cachorrinha, e comentou a presença dela ali, pois é integrante da família. A instituição foi logo preenchida com a madrinha afetiva do amigo, a coordenadora e o motorista. O campo da escola se mantém o mesmo da primeira aplicação com o irmão em primeiro, depois generaliza os meninos e as meninas da instituição, e justifica que o número é grande, e dois colegas de aula.

No campo dos amigos e parentes, é citado **um vizinho, a filha da vizinha** e os amigos do futebol. E termina completando o campo destinado a outros locais, com o amigo da instituição (pois o encontra em vários lugares) e mais três colegas da escola.

Para finalizar a aplicação a indicação da referência **de apoio foi concedida ao pai**, e diz que é com ele que tem para contar mais perto.

Em nenhuma das etapas apresentou relações insatisfatórias.

Composição do Mapa dos Cinco Campos:

CAMPO FAMÍLIA:

Nível 1: Pai, Irmão, irmã

Nível 2: Amigo A da instituição

Nível 3: Mel cachorra

Nível 4: ninguém mencionado

Nível 5: ninguém mencionado

CAMPO INSTITUIÇÃO:

Nível 1: Tia “dinda de um amigo”

Nível 2: Tio motorista, coordenadora A

Nível 3: ninguém mencionado

Nível 4: ninguém mencionado

Nível 5: ninguém mencionado

CAMPO ESCOLA:

Nível 1: Irmão, meninos e meninas da instituição

Nível 2: Amigo da escola, amiga da escola

Nível 3: ninguém mencionado

Nível 4: amigo F

Nível 5: ninguém mencionado

AMIGOS/PARENTES:

Nível 1: Vizinha, vizinho, filha do vizinho

Nível 2: Amigo do futebol

Nível 3: ninguém mencionado

Nível 4: ninguém mencionado

Nível 5: ninguém mencionado

OUTROS LOCAIS:

Nível 1: Amigo B instituição

Nível 2: Amigo x, amigo xx, amigo A escola

Nível 3: ninguém mencionado

Nível 4: ninguém mencionado

Nível 5: ninguém mencionado

7.6 A Entrevista com o Responsável – 2ª etapa

Depois de quatro meses de desligamento institucional, foi realizada uma nova entrevista. Neste momento Seu João transparecia ter **amenizado suas ansiedades sobre a parentalidade** e estampava no rosto alegria e contentamento sobre as perspectivas desta nova fase. Seu João considera que este período proporcionou um contato nunca antes vivido, e realiza que sua **sensibilidade para com os filhos** aguçou-se *“Agora eu to percebendo coisas deles mais do que antes”*.

Relembra com tristeza dos fatos que foram se somando para a internação dos filhos, e afirma que durante os processos de prisão e dependência sempre procurava ajuda para rever a guarda, mostrando que não se acomodava à situação. Ressalta que apesar de ter ocorrido o acolhimento **nunca desistiu** deles, e procurou ajuda profissional para evitar que o mesmo acontecesse com os meninos. *“Pra juntar meus filhos, porque eu não fiz filho pra dar nem pra vender, eu fiz pra criar graças a Deus.”*

A questão judicial fez com que Seu João ampliasse o olhar positivo sobre o atendimento que os filhos recebiam na instituição e a boa relação se consolidou: *“a justiça nos trancando de pegar eles, eu comecei a observar que ali eles tinham tudo”*. Mas, a concepção de provisoriedade era a sua maior angústia, pois Seu João acreditava em um retorno rápido ao convívio, no entanto, enfatiza a **dependência química como colaboradora pelo adiamento do processo**.

Sobre a organização de seu cotidiano após o acolhimento, Seu João coloca: *“Eu não achei que foi bom, se dependesse de mim eles tinham ficado com a gente, tinham ficado comigo sempre mas, como eles tiveram que ficar lá, eu pensei- tenho que tocar a vida só não posso ficar longe deles, ai pedi pra mim poder ficar visitando, fui no fórum com o advogado, e aí foi aprovado que eu podia vê eles.”* Seu João expõe-se sobre a ausência da mãe e a culpabiliza pela perda dos demais filhos. Justifica que ela abriu mão da guarda, pois sofria demais e não agüentava vê-los naquele ambiente institucional. Mesmo assim, o fato de **perder os filhos o surpreendeu**, porém coloca que o processo de resgate como um todo foi

enfrentado como uma **batalha**, permeada por sua **convicção** em recuperar os filhos. *“Sempre tive a convicção comigo, que meus filhos eu não ia perder, alguém vai ficar comigo e quando eu pedi pro juiz não mexer em mais nenhum, daí graças a Deus ele me ouviu e fiquei com quatro”*. Como se vê, buscou **ajuda na rede** à qual tinha acesso, participando ainda do projeto Escola de Pais dentro da instituição, do tratamento da dependência química na saúde mental e ingressou em um Programa de Educação Familiar do CEP-Rua/FURG. Isso parece o ter auxiliado a conscientizar-se de suas funções parentais: *“Por mais que um pai seja bom pai, se ele bebe já não é a mesma coisa”*. A vida boemia foi a sua última renúncia, *“Eu acho hoje que toda a vida que eu levava a noite com os meus amigos era um jeito que eu tinha de afastar a solidão. Pra mim, graças a Deus chegou onde eu queria, claro que eu sinto falta, gostaria que todos tivesse com a gente dentro de casa, mas fazer o quê...”*

Seu João relata que sua **meta era ficar com seus filhos**, e que manter o contato era o mínimo que poderia fazer. Denotando persistência ele diz: *“Eu precisava ver eles sempre até chegar no ponto da gente se juntar, eu nunca pensei em outra coisa, sabia que ia demorar, mas a gente ia ser família de novo, tanto que eu coloquei advogado”*.

Para Seu João ter a família em casa não finalizou o processo, e manter a **organização contínua** com foco no **bem estar da família** é percebida em sua fala: *“Tempo é o tempo, se a gente continuar se organizando do jeito que a gente tá se organizando, dificilmente a gente vai se preocupar,... claro que a gente hoje vive um dia e amanhã outro, mas a gente tá se adaptando, aos poucos até chegar onde eles querem,... por que eu já vivi, agora eu to vivendo por eles.”*

A dinâmica familiar tem se sustentado no **diálogo**, segundo Seu João é isto que garante o entendimento. Alguns dias antes desta entrevista, os meninos haviam se desentendido, e com firmeza ele colocou para eles novamente a importância do entendimento e da paz através do diálogo, da palavra: *“Eu to sempre dizendo que eles tem que ser amigo um do outro, por que eu não vou durar para sempre...E não posso permitir desentendimento.”*

No final da entrevista, Seu João comenta que sua filha mais velha havia procurado pelos meninos pedindo para morar com eles e que ambos resistiram, justificando que ela já conhecia um outro lado da vida, e que *“não ia bagunçar o que eles estavam arrumando”*. Seu João relata ainda que, a partir disso, conversou com eles pois pensa que se a irmã lhes procurar novamente, eles devem “abrir as portas”. Com isso, Seu João demonstra seu desejo em também ajudar a filha, mas não quer atrito com os filhos. E encerra nossa conversa dizendo: *“As pessoas tem que conversar, eu procuro me comunicar com eles e eles se*

comunicarem comigo”. Fica, portanto claro, a importância que a comunicação e a reciprocidade adquiriram na tomada de decisões desta família.

8. DISCUSSÃO

A análise qualitativa vinculada ao referencial teórico do modelo PPCT de Bronfenbrenner (1976/1996) proposta neste estudo, permite uma compreensão detalhada do processo de Reinscrição Familiar a partir da ótica do adolescente, bem como dos seus familiares e dos profissionais envolvidos no caso. Os dados obtidos na inserção ecológica no decorrer de seis meses, bem como os relatos obtidos nas entrevistas com todos os participantes e a aplicação do mapa dos cinco campos com o menino, elucidam aspectos que já faziam parte das nossas hipóteses. Uma história conduzida por situações de risco e possibilidades de vulnerabilidade tem a superação das adversidades impulsionada pelo desejo de “ser família” novamente. A interrelação de mecanismos de risco e proteção proporcionou a (re) organização desta família fragilizada durante o acolhimento. No entanto, conexões positivas a partir das relações afetivas e da rede de apoio se constituíram ao longo do processo de RF.

A longa permanência de José na instituição de acolhimento envolveu aspectos de risco que no decorrer de sua história o conduziram para um desenvolvimento pautado por relações afetivas impactadas pela ruptura de convívio diário com a família. Nesse sentido, eventos considerados como risco são obstáculos individuais ou ambientais que podem aumentar a vulnerabilidade da criança ou de sua família para resultados negativos no seu desenvolvimento (PESCE *et al*, 2004). Os processos que configuram uma situação de risco surgem na formação de cadeias de indicadores negativos, que no caso de José vão desde as recordações da infância no contexto de pluralidade coletiva institucional com as primeiras e significativas relações na instituição. A entrada no ambiente institucional causa rompimentos e o afastamento das figuras parentais e dos sujeitos que compõe sua família dando novos significados às relações primárias de apego. José não dispunha de uma família coesa, ao contrário, teve contato com vícios (álcool e drogas) do pai e a ausência e abandono da figura materna, desde seu acolhimento propriamente dito.

A vivência institucional prolongada não afastou o sentimento de pertencimento familiar e o convívio com os irmãos na instituição manteve a coesão e o sentido de família, o que reforça que o não desmembramento de irmãos em casos de institucionalização deve continuar sendo um ponto fortemente defendido pelo ECA. Com os irmãos que não tiveram a experiência institucional, a relação foi constituída de forma um tanto distante, resultante de interações menos frequentes e menos intensas. Já a manutenção do vínculo paterno também se

construiu no decorrer do tempo, pois o mesmo manteve-se presente conforme suas possibilidades.

Embora muitos estudos apontem a longa estadia institucional como fator de risco ao desenvolvimento individual e às relações familiares (CAVALCANTE; MAGALHÃES; PONTES, 2007; CRUZ, 2007; FONSECA; CARDARELLA, 1999), a estadia prolongada pode ser “naturalizada” e simbolizar a essência da história de vida de muitas crianças e adolescentes brasileiros. E quando a eles é colocada a possibilidade de transição para um contexto fora do institucional, a oportunidade de retornarem à sua família de origem pode trazer sentimentos de temor e de incertezas entre acertar e errar. Embora acertar seja o esperado e desejado, a probabilidade de errar é relacionada com nova ruptura e outro afastamento. Os medos e inseguranças permeiam esse momento inicial provocando estranhamento do não vivido ou pelo menos, não lembrado em sua plenitude, e revelaram no caso de José, a ansiedade por uma relação que teve que se reconfigurar para além dos bancos do refeitório da instituição. É viver a intensidade dos processos que configuram desde a relação bem como o momento de reinserção como um todo, a processualidade pode muitas vezes transitar por sentimentos diversos, momentos de vida variados, mas certamente carrega os significados adquiridos e constituídos ao longo do mesmo.

O sentimento de certeza da proteção no ambiente institucional e a insegurança quanto ao movimento de organização da conduta do pai, foram diluídas através do diálogo que é proposto como facilitador das relações que se fortalecerão com o tempo. Em muitos casos, o ambiente institucional é proteção, para aqueles que viviam expostos ao risco (DALBEM; DELL’AGLIO, 2008) como José. Risco não se refere apenas ao acolhimento, mas às fragilidades da família. Nesse aspecto, a rotina e hábitos da família de José formavam um cenário de vulnerabilidades, que iniciou desde a união irregular e instável de seus pais até a prisão que firmou o rompimento das relações e o seu afastamento do meio familiar. A detenção de seus pais foi o agravante que fez ressaltar o comportamento drogado e a irregular vida noturna de Seu João. A dinâmica com que os fatos foram procedendo conduziram para a separação conjugal, bem como para a ruptura de vínculo dos filhos com a figura materna. As dificuldades cotidianas foram se intensificando na medida em que a dependência química se destacou na vida de Seu João e com a renúncia da guarda por parte da mãe, cuidadora esta que não demonstrou apego pelos filhos.

Todavia, em paralelo à medida de proteção com o acolhimento de José na instituição, as trajetórias de risco se depararam com mecanismos que colaboraram para a superação das fragilidades, bem como auxiliaram na resolução dos problemas e adaptação dos envolvidos às

novas vivências. A entrada institucional pode ser percebida no primeiro instante como negativa, entretanto, sua função é garantir proteção àqueles que se encontram ameaçados ou com os direitos violados. A qualidade das relações institucionais, a busca pela provisoriamente, conservação e manutenção dos vínculos familiares foram os eixos de proteção do caso estudado, além da atenção dispensada pela instituição ao desenvolvimento saudável de todos. A credibilidade profissional e a visão positiva quanto ao processo de unificação familiar, certamente ajudou e apoiou as adaptações e mudanças da dinâmica familiar, na ocasião, um tanto desarticulada.

Nessa perspectiva, o estudo longitudinal do caso em questão, apesar do pequeno intervalo entre as coletas de dados, possibilitou legitimar a compreensão do processo de RF em diferentes momentos. José, quando entrevistado na primeira etapa mostrou-se um menino seguro de suas vivências, bem como cheio de expectativas e ciente de que retornar ao convívio paterno seria uma oportunidade importante na sua vida. Em estudo sobre o sentido de filiação atribuído por crianças acolhidas, Pereira e Justo (2005) destacam que as fragilidade das filiações podem abrandar os vínculos e as referências dos sujeitos, mas que também exigem deles, outras ancoras possíveis para formação de suas identidades. Em José, encontramos um discurso que expressa a oportunidade de retorno associada ao comportamento do pai, como aquele responsável direto pelos trâmites de reinserção, e se posicionando como colaborador no processo quanto se inclui na organização e na construção de diálogo que terão que assumir. A possibilidade de vivenciar a volta para a família é vista por José, por diferentes ângulos, pois era algo desejado, ora utópico, ora remoto, em vista da adaptação e conformidade dos seus dez anos de acolhimento.

Como um dos grandes articuladores deste processo, Seu João apresentou-se como um pai que “arregaçou as mangas” e buscou de forma pró-ativa organizar a sua dinâmica de vida a fim de adequar-se às demandas exigidas para receber seus filhos (José e seu irmão). O acesso à rede deu-lhe o suporte de organização e o impulsionou ao movimento e à flexibilidade. *“As ramificações de apoio viabilizam as sustentações básicas aos indivíduos no sentido de possibilitar um sistema de trocas necessárias à manutenção dos vínculos de apoios sociais.”* (CARVALHO *et al.*, 2006, p. 594). É com esse aparato que os desafios do papel parental se fortaleceram, já que o papel assumido fora do ambiente institucional exigia um postura não exercida há algum tempo, e que se desconfigurou com a distância. O esperado é que a convivência reconstrua e fortifique estas relações, papéis e atividades microssistêmicas.

Os aspectos facilitadores da resiliência parental foram também considerados para nortear esta discussão. A resiliência não emerge apenas de questões individuais, mas pode ser

o resultado de interações protetivas em diferentes contextos. Resiliência é portanto, um conceito relacional (Walsh, 2005). Para Yunes e Szymanski (2001) a resiliência é o produto final da combinação e do acúmulo dos fatores de proteção. No caso de RF, identificar quais relações e os vínculos que se constituem no processo de acolhimento e os que se constituirão a partir do desligamento, podem indicar o suporte emocional necessário às transformações pessoais e ambientais.

O trabalho da equipe técnica parece ter articulado-se perante este norte de identificações, em uma sintonia de percepções, crenças e sentimentos sobre a RF entre as profissionais. A perspectiva harmoniosa da equipe pode estar associada a um trabalho conjunto que vem sendo construído pelas integrantes há aproximadamente três anos. Conforme mencionado nos resultados, a equipe identifica a família como fonte de proteção e de superação de vulnerabilidades, evidenciando o desejo dos cuidadores de resgatar os filhos institucionalizados como fundamental para uma RF segura e protetiva. Salientam que o envolvimento das famílias e o compromisso afetivo e responsável são essenciais. Reconhecendo as inúmeras dificuldades do processo de RF, as profissionais ressaltam a gradatividade de (re) aproximação do adolescente do convívio familiar, microssistema que por alguma razão gerou a institucionalização através de mecanismos de risco. Sendo a família o microssistema mais importante para o desenvolvimento (BRONFENBRENNER, 1979, 1996), porém não o único, há que se relevar o papel de outros contextos que podem formar mesossistemas protetivos. Por isso, as profissionais percebem a importância de uma rede de apoio eficiente e presente na vida da família reinserida.

A RF é um processo que envolve questões internas, ligadas aos aspectos de características psícoemocionais dos envolvidos, bem como aspectos externos, como a dinâmica social que configurou e levou ao acolhimento. Por isso, a participação instigadora da rede de apoio social pode colaborar para o fortalecimento pessoal e contextual no decorrer das intervenções técnicas. Os contextos de apoio surgem não só no nível micro instituição/família, mas também em ambientes de atendimentos de saúde mental, e grupos de educação familiar. Conforme mostram os resultados, estes foram fundamentais para aguçar as possibilidades de resiliência com a superação e o enfrentamento das fragilidades (temores, angústias, dúvidas da criança e do pai) como também estabeleceram uma relação saudável e dialógica entre a criança, seus irmãos e o cuidador responsável. Segundo Poletto e Koller (2008) o vínculo positivo entre a criança/adolescente e seus pais está entre as características relacionadas à resiliência.

A visão otimista, perseverante e confiante das profissionais em um retorno à família tem por base a flexibilidade da dinâmica organizacional familiar, bem como a ênfase na transparência dos processos de comunicação como promotora de estabilidade entre os sujeitos. Os indicativos para o processo de RF se configuram perante as particularidades de acolhimento e vão desde a oitiva das famílias, referenciais quanto ao histórico familiar, tendo nas respostas e movimentos os grandes indícios de fortalecimento. Estreitar a relação instituição-família auxilia na construção de estratégias de busca por reintegração familiar (ARPINI, 2003). Essa flexibilidade na dinâmica familiar bem como o acesso a rede de apoio possibilitam um mesossistema mais comunicativo que proporciona a superação das fragilidades que pode tornar o ambiente promotor de desenvolvimento saudável. Cabe ressaltar que no caso de José foi possível perceber a interligação dos Mesossistemas, os quais reunidos organizam estratégias implicativas e fundamentais para muitas famílias. Muitas vezes é preciso provocar a desacomodação do comportamento das famílias, que por vezes caracterizam-se pela “passividade” que não significa indiferença. Pode ser um tempo necessário para reflexão e encontro de estratégias. A atuação constante e presente da rede evita uma situação de abandono da família, que poderia até desistir do filho (a), no sentido do “pessimismo aprendido” estudado por Martin Seligman (1998) Neste caso, o pai insistiu nas funções da rede, e esse movimento de busca de ajuda é um fator fundamental para os processos de resiliência, pois impele o sujeito a re-significar e transpor seus problemas. (PESCE *et al* , 2004) Ademais, desde os primeiros trabalhos científicos sobre resiliência, dois pesquisadores americanos pioneiros no assunto, Masten e Garmezi (1985) já afirmavam que a rede configura-se como um dos mais importantes fatores de proteção na vida de indivíduos e famílias.

No entanto, os movimentos organizacionais da rede não são finitos e restritos ao desligamento, pois o acompanhamento deve persistir para além da instituição. A rede de apoio pode proporcionar assessoria às famílias quanto às suas potencialidades e fragilidades e dar suporte ao processo gradativo de reabilitação. A transição ecológica da instituição para a família não exige adaptação apenas da criança, pois a mudança de papéis atinge todas as pessoas envolvidas no processo de reinserção familiar. Estas alterações de contextos são entendidas como processos de reorganização que geram mudanças na percepção de si mesmo e dos outros (SIQUEIRA; DELL’AGLIO, 2007). Estes aspectos ficaram evidentes no caso estudado. Acompanhar um processo de RF em sua decorrência possibilita identificar as articulações que surgem a cada momento, e a importância da dimensão tempo do modelo PPCT. As respostas correspondentes a cada fase processual quando pensadas e dialogadas

implicam em solucionar dificuldades no momento em que ocorrem, minimizando-se o risco de invalidar toda a transição ecológica da RF.

Assim, para obter-se resultados afirmativos e resiliência parental e familiar numa RF, há que se compreender muitos processos interativos ao longo do tempo. A cada momento a paternidade foi sendo exercida por Seu João com mais propriedade e os seus anseios acabaram sendo substituídos por interações de descobertas, através de ângulos de visão positiva não antes experienciados. A culpabilização pelo acolhimento reverteu-se em confiança de um cuidador que dentro das suas disposições se fez, e agora como nunca, presente no desenvolvimento dos filhos. Sob esta ótica, no momento mais atual, ele pode dar mais informações acerca do filho, o qual lhe apresenta um “pedacinho” de si a cada dia. E, nessa perspectiva de visão permanente de organização e interação que a reintegração acontece, sendo importante resignificar os padrões organizacionais da família, mas sabe-se que também é um percurso de (re)construção de atitudes, relações e sentimentos que surgem a cada instante do convívio. Além disso, o modo com que as situações são encaradas podem fazer a diferença e o otimismo mantido por José qualifica cada vez mais a dinâmica da família. Essas crenças básicas são fundamentais para a constituir a identidade familiar e para movimentar as estratégias de enfrentamento no âmbito da resiliência familiar (WALSH, 2005).

A vivência fora da instituição de acolhimento foi tida como diferente do esperado, desvelando uma série de situações cotidianas que não foram percebidas por José, como divergências familiares. As dificuldades identificadas por ele estão associadas a um sistema de relações e papéis ainda novos e que lhe provocam estranhamento que por sua vez se revertem em sentimentos de estar vulnerável à vida extra institucional. O imprevisto ainda lhe causa nostalgia do tempo de acolhimento, e as suas recordações são expressas com saudosismo da segurança oferecida pelos muros da instituição. O mundo fora da instituição é visto por José com turbulências cotidianas e relacionais. Mas, neste cenário ele também faz descobertas e demonstra sentimentos intensos e de particularidade de afiliação, em um ambiente com experiências mais privativas do que no coletivo e relações com o irmão que passam a ser mais estreitas e próximas. Dessa forma, as aprendizagens que se iniciaram no contexto institucional passam a tomar corpo e serem (re) organizadas, somadas e (re) construídas com as novas e as antigas interações.

A transição de José para o contexto familiar provocou algumas mudanças na passagem das suas experiências da instituição para as novas vivências. O Mapa dos cinco campos salienta a alteração para a maior proximidade com o pai ao longo do tempo e a solidificação

do vínculo afetivo entre ambos. Outra questão que deve ser enfatizada no aspecto relacional e resultado do Mapa, é a evidente ampliação da rede de apoio de José, que após a transição ecológica para a família, enriqueceu-se com novos participantes..

De qualquer maneira, cabe ressaltar que a reinserção familiar vai muito além de uma alteração de contextos, é a concretização do fortalecimento do vínculo familiar. No caso em análise, pode-se constatar que os significados da parentalidade foram ganhando melhor compreensão na medida em que aconteceram experiências positivas de relações pai-filho. As características que constituem esse caso, os dez anos de acolhimento, trinta anos de dependência química do pai e a crença de cuidado ainda remetida com expressividade à figura feminina, poderiam indicar o insucesso da RF.

Entretanto, essa família contou com mecanismos intrafamiliares e extrafamiliares que foram promotores de superação, de força e que são respectivamente: o vínculo afetivo e o apego entre os membros da família e o investimento de credibilidade da/na instituição e dos/nos técnicos. Estes fatores possibilitaram a manutenção do sentimento de unidade familiar e o desejo de reintegração entre pai e filhos. A reintegração dessa família monoparental lidera pelo pai se fez na temporalidade dos mesmos, e através das conexões protetivas proporcionaram uma transformação de adversidades em uma relação familiar saudável.

Podemos constatar que a conservação dos vínculos vai além das incumbências legislativas. O desejo da família é a mola propulsora da superação da situação de institucionalização. Entretanto, Rodrigo (prelo) enfatiza que os apoios sociais no meio comunitário são primordiais para a promoção das competências parentais. Através destes meios de apoio é que as famílias podem receber ajuda voltada às demandas fragilizadas do cotidiano, já que o apoio social é um dos fatores de proteção que se contrapõe aos efeitos do risco. Ainda, os programas de fortalecimento e educação familiar podem provocar novos olhares sobre as práticas parentais daqueles que não exercem seus papéis e funções de protetores e cuidadores há muito tempo. Não há dúvida sobre a necessidade de programas sociais sob estas formas de intervenção e atenção familiar (GARCIA, *et al* 2010)

O trabalho de preparação para o desligamento de uma criança ou adolescente de uma instituição de acolhimento ainda requer muito investimento, e a gradatividade do processo de reinserção familiar não se encerra com a saída da criança da instituição. Exige acompanhamento, já que o universo familiar reconfigura-se através das novas e constantes interações de risco ou de proteção. É fundamental que se rompam os estereótipos e as crenças pessimistas sobre famílias em situações de risco em âmbito macrossistêmico (YUNES; GARCIA; ALBUQUERQUE, 2007), bem como se trabalhe mais para estreitar a comunicação

da rede de apoio entre os órgãos protetivos. Desse modo, os processos de retorno da criança e adolescente para casa poderão se qualificar ainda mais, e ser realizados de forma segura e protegida, como recomendam os técnicos. Não só a criança e o adolescente devem estar seguros da transição, mas também a família que está reassumindo os cuidados, além dos profissionais que estruturam e desenvolvem a reinserção.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo propôs uma compreensão sobre o processo de reinserção com destaque para a ótica do adolescente, sem desconsiderar a importância das percepções da família e dos técnicos institucionais. Inicialmente almejava-se acompanhar três casos de transição instituição- família ao lar de origem em diferentes instituições de acolhimento. A organização inicial da proposta tinha como finalidade identificar os fatores que movimentariam o processo de retorno, bem como ressaltar as particularidades de trabalho em cada ambiente que poderiam afetar o processo e as percepções da criança e da família. Sendo a reinserção familiar um assunto ainda em processo de construção de conhecimentos e metodologias de investigações, pensava-se que este estudo poderia ampliar a compreensão e a articulação dos processos e mecanismos presentes no mesmo.

Diante dos imprevistos já mencionados ao longo desta dissertação, foi necessário alterar a proposta inicial do projeto, e delinear um novo método que contemplasse os objetivos iniciais propostos. Desta forma, buscou-se acompanhar a reinserção familiar e realizar um estudo de caso único de um menino de 12 anos, que residia na instituição há cerca de dez anos, por motivo da negligência dos responsáveis. Esta investigação manteve a idéia original em âmbito longitudinal e qualitativo.

Durante todo o ciclo de vida os indivíduos movimentam-se em diferentes espaços ecológicos e tais alterações contextuais resultam em mudanças no período que antecede a transição, bem como logo após a inserção em novo ambiente. As exigências ocorrem tanto para com quem alterou de posição, como com quem já estava no ambiente. Assim, uma reestruturação de papéis e atividades são desenvolvidas pelos sujeitos que passam a compor os contextos. A reinserção acontece neste patamar, ou seja, a movimentação e a comunicação mesossistêmica instituição- família provoca processos de (re)organização e adaptação nos indivíduos envolvidos nos dois contextos

A parte teórica deste trabalho apresentou uma revisão a respeito do acolhimento institucional, trazendo investigações que focaram este universo, numa uma visão processual e histórica. Estudar estas investigações possibilitou visualizar as mudanças nas formas de atendimento nas instituições de acolhimento, recentemente assim denominadas. A legislação vem conduzindo as medidas protetivas no sentido de qualificá-las e o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) é o grande propulsor deste movimento, que almeja e prima pelos direitos da criança e do adolescente com grande ênfase nos direitos das crianças e

adolescentes à convivência familiar e comunitária. A qualidade não está apenas no universo legislativo, mas nos resultados que emergem dos estudos que apontam a instituição como um contexto promotor de desenvolvimento. Demonstrou-se neste trabalho que a Teoria do Desenvolvimento Humano (BRONFENBRENNER, 1979, 1996) possibilita o desenvolvimento em contexto, e assim, o modelo PPCT subsidiou reflexões e a compreensão dos dados deste estudo.

A investigação realizada apontou nos discursos dos profissionais, a amplitude da reinserção desde os primeiros contatos com a família, até o momento do desligamento final abordando aspectos fundamentais presentes nas esferas sistêmicas. No microsistema familiar: a) O desejo da família como propulsor de um movimento de transição ecológica maleável, flexível e permeado pela disponibilidade dos membros a se reorganizarem e se fortalecerem na coesão familiar; b) O fluxo da reinserção familiar bem sucedida apresenta interdependência da flexibilidade de organização da dinâmica familiar com (re) elaboração gradativa dos antigos papéis e funções parentais. No mesossistema família – instituição: c) A Rede de Apoio Social interligada por comunicações frequentes é apontada pelos profissionais como fundamental para o trabalho com as famílias, pois a rede pode ampliar os vínculos sociais para além do espaço do abrigo; d) Uma rede que possibilite um trabalho de cooperação focado na superação das fragilidades familiares para não ocorra a reinternação e a revitimização da criança e do adolescente. No macrosistema; e) O investimento da reinserção familiar através de um trabalho em rede e na potencialização das famílias, proporciona uma cultura de trabalho sistêmico em favor de todos os sujeitos envolvidos com a garantia dos direitos da criança e do adolescente.

O processo de retorno familiar é percebido como essencial e positivo para a condição das crianças, já que possibilita redesenhar internamente e externamente o convívio familiar. A interligação da Rede de Apoio Social é apontada como fundamental para o trabalho com as famílias, pois a rede pode estender os vínculos sociais para além do espaço do abrigo. Ficou explícita a preocupação dos agentes com o retorno da criança ao convívio familiar, porém de maneira responsável e protetiva a partir de um trabalho de cooperação em rede e focado na superação das fragilidades para que não ocorra a reinternação e a revitimização da criança e do adolescente. O processo de reinserção familiar envolve estratégias, relações e interações, a processualidade integra as pessoas que compõem esse cenário de transição. É preciso um olhar abrangente entre criança, familiares e técnicos, com propósito comum de um processo seguro e promotor de desenvolvimento.

A oportunidade de reconstrução, a partir da reintegração familiar tem no caso estudado, a figura paterna como protagonista, A consolidação do pai como principal referência é a resultante do vínculo afetivo. Pode-se pontuar que esta relação pai-filho impulsionou e determinou o sucesso no processo de reinserção, percebida desde o início como uma nova oportunidade de estabelecer relações familiares que se tornaram mais significativas e intensas com o convívio diário.

As conclusões deste estudo afirmam e instigam aspectos relevantes no contexto de acolhimento institucional. Para início de discussão ele rompe com mitos de respostas esperadas à conduta das famílias, pois o que se esperaria de um caso de dez anos de acolhimento, com dependência química dos pais de mais de 30 anos e a figura masculina como única referência para ajustes de reintegração? No entanto, mais importante do que a forma com que se configura o caso num primeiro olhar, são os processos familiares que buscam o funcionamento saudável e a resiliência (WALSH, 2005). A conservação e manutenção dos vínculos durante o acolhimento de José permitiram a construção de crenças de pertencimento familiar no menino e em seu pai, que nunca desistiu de lutar para ter os filhos de volta. A convivência se solidificou na relação da instituição em “acolher” também a família, não protegendo apenas a criança/adolescente, mas buscando estratégias de fortalecimento familiar para que o pai se tornasse protetivo e promotor de desenvolvimento saudável. A postura acolhedora da instituição proporcionou à esta família a manutenção do vínculo, e o desejo de reencontro.

A articulação da rede de apoio favoreceu o desligamento institucional, pois atuou não só para empoderar o cuidador, mas também foi e é suporte externo no acompanhamento das práticas parentais que se constituem. Essa organização de trabalho está sendo implementada no município do Rio Grande após grande movimentação e conscientização da importância da comunicação e dos esforços comuns entre os sistemas de atendimento na comunidade. A participação em redes sociais e a utilização dos recursos comunitários é uma capacidade fundamental e também necessária para o exercício da parentalidade, já que é nestes espaços que se encontram profissionais e instituições que têm por finalidade a promoção saudável e de bem estar infantil (BARUDY, 2005).

Investigar o ambiente institucional e, particularmente os processos de reinserção familiar proporcionou um olhar minucioso a respeito dos aspectos quem compõem esta questão. A alteração da amostragem para um único caso, inicialmente inquietou-me, pois não poderia fazer comparações e nem tão pouco apreender as ações de cada contextos. Penso que isso reforça que não é necessário haver comparações quando trabalhamos com famílias que

são todas tão diversas em suas essências. Outrossim, deve-se apostar nelas e não desistir facilmente durante nossa prática profissional de educação. A vivência institucional não limita a história de vida das crianças e adolescentes que por ali passam, ela é uma parte da vida, e retornar ao lar não dá continuidade, mas como José afirmou em uma de nossas conversas , é a oportunidade de começar, “*uma nova vida na mesma vida*”.

REFERÊNCIAS:

ABREU, Susane Rocha de. Crianças e adolescentes em situações de risco no Brasil. **Revista Brasileira de Psiquiatria**. São Paulo, v. 24 n. 1, Março de 2002.

ARPINI, Dorian Mônica. Repensando a perspectiva institucional e a intervenção em abrigos para crianças e adolescentes. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 70-75, 2003.

AZÔR, Ana Mafalda Cabral Courinha Vassalo ; VECTORE, Celia. Abrigar/desabrigar: conhecendo o papel das famílias nesse processo. **Estudos de Psicologia**. Campinas, v. 25, n. 1, p.77-89, Jan.-Mar. 2008.

BARUDY, Jorge. Resiliencia y Buenos tratos infantiles. In: BARUDY, Jorge; DANTAGNAN, Maryorie (Orgs.) **Los Buenos tratos a La infância: parentalidad apego y resiliencia**. Barcelona: Gedisa editorial, 2005.

BARUDY, Jorge; DANTAGNAN, Maryorie. **Los Buenos tratos a La infância: parentalidad apego y resiliencia**. Barcelona: Gedisa editorial, 2005.

BOWLBY, John. **Apego e perda: Apego, a natureza do vínculo**, vol. 1, 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1990. (Original publicado em 1969)

_____. **Uma base segura: Aplicações clínicas da teoria do apego**, [2. ed.] Porto Alegre: Artes Médicas, 1989. (Original publicado em 1988)

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente** – Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. Porto Alegre: Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente/RS, 2003.

_____. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos: CONANDA, 2006.

BRINGIOTTI, María Inés. Las famílias en “situación de riesgo” em los casos de violencia familiar y maltrato infantil. **Texto Contexto Enferm**. Florianópolis, 14(Esp.), p. 78-85, 2005.

BRONFENBRENNER, Urie. **A ecologia do desenvolvimento humano**, [2. ed.]. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. (Original publicado em 1979)

_____. **Making human beings human: Biocological perspectives on human development**. London: Sage, 2004.

BRONFENBRENNER Urie.; MORRIS, P. A. The ecology of developmental process. In: LERNER, Richard M. (Org.) **Handbook of child psychology: Theoretical models of human development**, 1998.

BORBA, Rita de C. Aparecida Girão. **A institucionalização de crianças e adolescentes e o direito à convivência familiar e comunitária**: um panorama da cidade do Rio Grande. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2008.

CARVALHO, Ana M *et al.* Vínculo e redes sociais em contextos familiares e institucionais: uma reflexão conceitual. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v.11, n.3, p. 589-598, set./dez. 2006

CAVALCANTE, Cinthia Mendonça.; JORGE, Maria Salete Bessa. Mãe é a que cria: o significado de uma maternidade substituta. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 25, n. 2, p. 265-275, Abr./Jun. 2008.

CAVALCANTE, Lília I. ; Chaves, MAGALHÃES, Celina Maria Colino ; PONTES, Fernando Augusto Ramos. **Institucionalização precoce e prolongada de crianças**: discutindo aspectos decisivos para o desenvolvimento, n.25. Canoas: Aletheia, jun. 2007.

Processos de saúde e doença entre crianças institucionalizadas: uma visão ecológica. **Ciência & Saúde Coletiva**. v. 14, n. 2, p. 615, 2009.

CECCONELLO, Alessandra Marques ; KOLLER, Sílvia Helena. Inserção ecológica na comunidade: uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco. **Psicologia Reflexão Crítica**. v.16, n. 3, p.515-524, 2003.

CORBIN , Juliet ; STRAUSS , Anselm. Pesquisa Grounded Theory: Procedimentos, cânones e critérios de avaliação. **Sociologia Qualitativa**, 13, 3-21. 1990

COSTA, Arlete. **Um Estudo sobre o Impacto das (Des) conexões entre o Ambiente Escolar e o Ambiente Institucional na vida de crianças e adolescentes abrigados**. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental). Fundação Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2005.

COSTA, Maria Conceição Oliveira *et al.* O perfil da violência contra crianças e adolescentes segundo registros de conselhos tutelares: vítimas, agressores e manifestações de violência. **Ciência & Saúde Coletiva**.12(5).p.1129-1141. 2007

CRUZ, Lílian Rodrigues. Infância abrigada: negligência e riscos no campo das políticas públicas. **Psicologia América Latina**. [Cidade do] México, n.9, Abr. 2007.

DALBEM, Juliana Xaxier ; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Apego em adolescentes institucionalizadas: processos de resiliência na formação de novos vínculos afetivos. **Psico. PortoAlegre**. PUCRS, v.39, n. 1, p.33-40. Jan./Mar. 2008.

DE ANTONI, Clarissa. **Vulnerabilidade e resiliência familiar na visão de adolescentes maltratadas**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2000.

_____. **Coesão e Hierarquia em Famílias com História de Abuso Físico.** Tese (Doutorado em Psicologia). Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

DE ANTONI, Clarissa *et al.* Uma família em situação de risco: Resiliência e vulnerabilidade. **Interfaces: Revista de Psicologia**, v. 2, n. 1, p.81-85, 1999.

DE ANTONI, Clarissa; KOLLER, Silvia Helena. Violência doméstica e comunitária. In: *Adolescência e Psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas.*(Org) M.L.J. Contini; S.H. Koller & M.N.S. Barros. Brasília: DF, p.85-91. 2020.

DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. **O Processo de coping, institucionalização e eventos de vida em crianças e adolescentes.** Tese (Doutorado em Psicologia). Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2000.

EISENSTEIN, Evelyn ; SOUZA, Ronald Pagnoncelli. **Situações de risco à saúde de crianças e adolescentes.** Petrópolis: Vozes, 1993.

FERNANDES, Nathália. O Centro e a Imagem: Infância, Proteção e Acolhimento Institucional. In: **Infância (In) Visível.** [s. l.]: Junqueira & Morin, 2007.

FONSECA, Claudia ; CARDARELLA, Andrea. Direitos dos mais e menos humanos. **Horizontes Antropológicos.** Porto Alegre, v. 10, n. 11, p.83-122, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão.** Petrópolis: Vozes, 1997.

GARCIA, Narjara Mendes; YUNES, Maria Angela Mattar; ALMEIDA, Ana; RODRIGO, Maria Jose. Reflexões sobre o profissional da educação como agente de proteção e de promoção de resiliência. In: XV Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino, 2010, Belo Horizonte. Anais do XV Endipe: Convergências e Tensões no campo da Formação e do Trabalho Docente: Políticas e Práticas Educacionais. Belo Horizonte : UFMG, v. 1. p. 12-23.2010.

GOHN, Maria Glória da. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde Sociedade**, São Paulo, v. 13, n. 2, p.20-31: Maio/Ago. 2004.

GOMES, Mônica Araújo; PEREIRA, Maria Lúcia Duarte. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, n. 2, p. 357-363, 2005.

GUARÁ, Isa Maria F. Rosa. **Dilemas e avanços da política de abrigamento no Brasil.**[s. l.: s. n.], 2005.

HABIGZANG, Luísa F. *et al.* Fatores de Risco e de Proteção na rede de atendimento a criança e adolescentes vítimas de violência sexual. **Psicologia Reflexão Crítica**, Porto Alegre, v.19, n.3, 2006.

HOPPE, Martha W. **Redes de apoio social e afetivo de crianças em situação de risco**. Dissertação (Mestrado [em Psicologia]). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Brasil. 1998.

HUTZ, Cláudio Simon. (Org.) **Situações de risco e Vulnerabilidade na Infância e na Adolescência: Aspectos Teóricos e Estratégias de Intervenção**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

HUTZ, Cláudio Simon ; KOLLER, Sílvia Helena ; BANDEIRA, D.R. Resiliência e vulnerabilidade em crianças em situação de risco. **Coletâneas da ANPEPP: Aplicações da Psicologia na Melhoria da Qualidade de Vida**, [v.]12, p.79-86, 1996.

INSTITUTO AMIGO DE LUCAS - IAL. **Programa Família Acolhedoras**. Disponível em: <http://www.amigosdelucas.org.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=7&Itemid=8>. Acesso em: 13 maio 2009.

JULIANO, Maria Cristina Carvalho. **A Influência da Ecologia dos ambientes de atendimento no desenvolvimento de crianças e adolescentes abrigados**. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental). Fundação Universidade Federal do Rio Grande. Rio Grande, 2005.

KOLLER, Sílvia Helena. A escola, a rua e a criança em desenvolvimento. In: Z.A.P. Del Prette (Org.). **Psicologia escolar e educacional: Saúde e qualidade de vida**. São Paulo: Alínea, 2001. p. 159-176.

MAIA, Joviane Marcondelli Dias ; WILLIAMS, Lucia Cavalcante de Albuquerque. Fatores de risco e fatores de proteção ao desenvolvimento infantil: uma revisão da área. **Temas Psicologia**, v.13, n. 2, p.91-103, dez. 2005.

MARCILIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na História no Brasil. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.) **Historia social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997.

MARTINS, Edna ; SZYMANSKI, Heloisa. Brincando de casinha: significado de família para crianças institucionalizadas. **Estudos de Psicologia**, v. 9, n. 1, p.177-187, 2004.

MASTEN, A ; GARMEZY, N. Risk, vulnerability and protective in developmental psychopathology. In: LAHEY B, KAZDIN, A. (eds.) **Advances in clinical child psychology**. New York: Plenum Press, 1985.

MEDEIROS, Marcelo ; GONTIJO, Daniela Tavares. Crianças e Adolescentes em processo de exclusão social. **Estudos**, Goiânia, v.34, n.1/2, p.119-133, Jan./Fev. 2007.

MINAYO, Maria Cecília S. Violência Social na perspectiva da saúde pública. **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 10, Supl.1, 1994.

NARVAZ, Martha Giudice ; KOLLER, Sílvia Helena. O Modelo Bioecológico do desenvolvimento Humano. In: KOLLER, Sílvia Helena (Org.) **Ecologia do desenvolvimento humano. Pesquisa e intervenção no Brasil**. São Paulo: casa do Psicólogo, 2004.

NOAL, Juliana. ; NEIVA-SILVA, Lucas. Adoção, Adoção Tardia e Apadrinhamento Afetivo: Intervenções em Relação a Crianças e Adolescentes Vítimas de Abandono e Institucionalizadas. *In: Prevenção e intervenção em situações de risco e vulnerabilidade*. Casa do Psicólogo. 2007

NOGUEIRA, C.R. Ecologia e desenvolvimento humano, uma compreensão segundo a interpretação de U.Bronfenbrenner. **Revista Educação Ambiental em Ação**. ISSN-1678-0701.2003.

OLIVEIRA, Rita de Cássia. A história começa a ser revelada. Panorama atual do abrigamento no Brasil. *In: BATISTA, M.V. (Ed.) Abrigo: Comunidade de acolhida e socialização*. São Paulo: Instituto Camargo Correa, p.39-51, 2006.

PALUDO, Simone ; KOLLER, Silvia Helena. Inserção Ecológica no Espaço da Rua. *In: KOLLER, Silvia Helena (Org.) Ecologia do desenvolvimento humano: Pesquisa e intervenção no Brasil*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

PARREIRA, Stella Maris de Castro Pipinis; JUSTO, José Sterza. A criança abrigada: considerações acerca do sentido da filiação. **Estudos de Psicologia**, Maringá, v.2, Maio/Ago. 2005.

PESCE, Renata P. *et al.* Risco e Proteção: Em busca de um equilíbrio promotor de resiliência. **Psicologia : Teoria e Pesquisa**.v.20,n.2, p.135-143. 2004.

POLLETO, Michele; KOLLER, Silvia Helena. Contextos Ecológicos: Promotores de resiliências, fatores de risco e de proteção. **Estudos de Psicologia**. PUCCAMP.v.25,p.405-416. 2008.

PORTUGAL, Gabriela. **Ecologia e Desenvolvimento Humano em Bronfenbrenner**. CIDInE.1992.

PRATI, Laíssa. Eschiletti *et al.* Revisando a Inserção Ecológica: Uma Proposta de Sistematização, **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 21, n. 1, p.160-169, 2008.

REICHENHEIM, Michel E.; HASSELMANN, Maria Helena; MORAES, Claudia Leite. Conseqüências da violência familiar na saúde da criança e do adolescente: contribuições para a elaboração de proposta de ação. *Ciência & Saúde Coletiva*. 4(1),p. 109-121.1999

RIZZINI, Irene. **Reflexões sobre o direito a Convivência Familiar e Comunitária de Crianças e adolescentes no Brasil**. Disponível: <http://.sbp.br/show_item.cfm?id_categoria =74&id=detalhe1354&tipo=d>. Acesso em: Abr. de 2009.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A Institucionalização de crianças no Brasil: Percorso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo, Loyola, 2004.

RIZZINI, Irma; FONSECA, M. T.. **Bibliografia sobre a história da criança no Brasil**. Marília, São Paulo: UNESP, 2001.

RODRIGO, Maria Jose. Una mirada integradora de la resiliencia parental: desde el contexto hasta la mente de las madres y los padres en riesgo psicosocial. *Psicologia da Educação*, volume 28, no prelo.

ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde; RAMON, Fabiola; SILVA, Ana Paula Soares. Política de Atendimento à criança pequena nos países em desenvolvimento. **Caderno de Pesquisa**. n.115, p.65-100, Mar. 2002.

RODRIGO, María. José; PALACIOS J. **Familia y desarrollo humano**. Madrid: Alianza Editorial, 1998.

RODRIGO, María José *et al.* **Preservación Familiar**: un enfoque positivo para la intervención con familias. Ediciones Pirámide: Madrid, 2008.

RUTTER, M. Psychosocial resilience and protective mechanisms. **American Journal of Orthopsychiatry**, v. 57, p.316-331, 1987.

SAMUELSSON, M., THERNLUND, G. & RINGSTRÖM, J. **Using the field map to describe the social network of children: A methodological study international**. *Journal Behavioral Development*, 19, p.327-345. 1996.

SAPIENZA, Graziela; PEDROMÔNICO, Márcia Regina Marcondes. **Risco, Proteção e Resiliência no desenvolvimento da Criança e do Adolescente**. *Psicologia em estudos*, Maringá, v.10, n.2, p.209-216, maio/ago.2005.

SELIGMAN, Martin E. P. **Learned Optimism: How to change your mind and your life**. New Yoork: Pocket Books, 1998.

SILVA, Enid Rocha. **O direito à convivência familiar e comunitária**: Os abrigos para crianças e adolescentes no **Brasil**. Brasília: IPEA/CONANDA; 2004.

SIQUEIRA, Aline Cardoso. **Criança, Adolescentes e Transições Ecológicas**: Instituições de Abrigo e Famílias como Contexto de Desenvolvimento. Tese (Doutorado em Psicologia). Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SIQUEIRA, Aline Cardoso; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: Uma revisão de literatura. **Psicologia & Sociedade**, v. 18, n. 1, p.71-80, 2006.

_____. Retornando para a família de Origem: fatores de risco e proteção no processo de Reinserção de uma Adolescente Institucionalizada. **Revista Brasileira Crescimento e Desenvolvimento Humano**. São Paulo, v. 17, n. 3, Dez. 2007.

SIQUEIRA, Aline Cardoso; BETTS, Mariana Kraemer; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. A rede de Apoio Social e Afetiva de Adolescentes Institucionalizados no Sul do Brasil. **Revista Interamericana de Psicologia**. v. 40, n. 2, 2006.

SOARES, Elizandra Fiorin; LORO, Alexandre Paulo. Discutindo as representações sociais em situação de vulnerabilidade social do município de Santa Maria-RS, segundo a formação

de leis da criança. **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 39, n. 1, 2006 (ISSN:1681-5653).

SZYMANSKI, Heloisa. Trabalhando com famílias. **Cadernos de Ação**. CBIA, IEE-PUC-SP, 1992.

WAGNER, Adriana. **Família em cena: Tramas, Dramas e transformações**. Petrópolis: Vozes. 2002.

WALSH, Froma. **Strengthening family resilience**. New York: London: The Guilford Press. 1998.

_____. **Fortalecendo a Resiliência Familiar**. São Paulo: Roca, 2005.

VASCONCELOS, Queila Almeida; YUNES, Maria Ângela Mattar ;GARCIA, Narjara Mendes. Crianças e adolescentes institucionalizados: um estudo ecológico sobre as interações entre a família e a instituição de abrigo. **Revista Paidéia**, 2009.

YIN, ROBERT K. **Estudo de caso: Planejamento e Método**. Porto Alegre: Bookman. 2005. (Original publicado em 2003).

YUNES, Maria Ângela Mattar. **A questão triplamente controversa da resiliência em famílias de baixa renda**. Tese (Doutorado em Psicologia). Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Educação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

_____. A aplicação da “grounded-theory” como método de análise qualitativa no estudo da resiliência em famílias de baixa renda. **Revista do Departamento de Psicologia-UFF**. Niterói, v.2, 2001b.

YUNES, Maria Ângela Mattar; SZYMANSKI, Heloisa. Resiliencia: noção, conceitos afins e considerações críticas. *In*: TAVARES, J. (Org.) **Resiliencia e Educação**. [São Paulo]: Cortez, 2001.

YUNES, Maria Ângela Mattar, ARRIECHE, Maria Rosaura Oliveira ;TAVARES, Maria de Fátima Abrantes. Meninos (as) em situação de rua na cidade de Rio Grande: Vida na rua & vida na instituição. **Momento**. Rio Grande, v. 10, p. 131-142, 1997.

YUNES, Maria Angela Mattar, MIRANDA, Angela Torma & CUELLO, Sandra. E. S. Um olhar ecológico para os riscos e as oportunidades para o desenvolvimento de crianças e adolescentes institucionalizados *In*: S. Koller (Ed.) **Ecologia e desenvolvimento humano: pesquisa e intervenção no Brasil**. São Paulo : Casa do Psicólogo, 193-214. (2004).

YUNES, Maria Ângela Mattar; GARCIA, Narjara. Mendes; ALBUQUERQUE, Beatriz de M. Monoparentalidade, pobreza & resiliência: Entre as crenças dos profissionais e as possibilidades da convivência familiar. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 20, n. 3, p. 444-453. 2007.

ANEXO A – ENTREVISTA COM A EQUIPE TÉCNICA DOS ABRIGOS

Data da entrevista: ____/____/____

- 1)Nome:
- 2)Sexo:
- 3)Idade:
- 4)Cargo na instituição:
- 5)Quanto tempo trabalha no abrigo:
- 6)Experiências anteriores em instituições de abrigo?
- 7)O que consideras Reinserção? Como à percebe?
- 8)Que aspectos (indicadores) consideras importante para que haja Reinserção Familiar?
- 9)Quais são as dificuldades neste processo de retorno para casa? Quais aspectos que dificultam o retorno?
- 10)O que colabora para o decorrer das intervenções com as famílias?
- 11)Como as famílias costumam reagir para receber seus filhos?
- 12)Foi visto nos prontuários que a “negligência” está entre as causas mais frequentes de abrigamento. Como é isso? Como percebes a negligência?
- 13) Como é para ti, trabalhar com estes tipos de caso? Como percebes o fato da “negligência” ser uma condição reversível?
 - Como o abrigo trabalha os casos de negligência
 - Como são as famílias negligentes
 - Como são as práticas parentais destas famílias; como elas podem ser reestruturadas
- 14)Como se dá o trabalho de retorno da criança para casa? Fala sobre as etapas...
- 15)Como você identifica o momento da família receber seus filhos?
- 16)Qual o papel da Rede de Apoio no processo?
- 17)Após o desligamento com a instituição ocorre algum acompanhamento?
- 18)Como são as famílias das crianças institucionalizadas? Descreve, dá algumas características?
- 19)Como são esses pais (parentalidade)?

ANEXO B – ROTEIRO DE ENTREVISTA DE REINserÇÃO PARA CRIANÇAS NA 1º ETAPA

Data da entrevista: ____/____/____

1)Nome:

2)data de Nascimento:

3)Idade:

4)Escolaridade:

5)Constituição Familiar: quem mora na sua casa. Ou quantos irmãos você tem (sexo e idade)?Se não moram com sua família, onde estão?

Quanto a Instituição

6) Está em instituição a quanto tempo?

7) Como era viver em casa?

8)Por que está aqui?

9)Você tem amigos aqui?

10)Como é sua relação com eles?

11)Que atividades você faz aqui?

12)Como é sua relação com as outras crianças e os outros adolescentes do abrigo?

13)Como é sua relação com as monitoras do abrigo?Como elas te cuidam?

14)Vocês conversam? Sobre o quê?

15)Quando você precisa de alguma coisa, para quem pede?

16)Quando você está feliz, para quem você conta no abrigo?

17)E quando você está esta triste, você dividi com alguém? Quem?

18)Se você tiver uma sugestão para melhorar o dia-a-dia do abrigo, você fala para alguém?Quem?Se sim, como esta sugestão é recebida?

19)Quando você chegou à instituição, o que você sentiu? Qual a sua primeira impressão?

20)Como foi para você se adaptar quando você chegou à instituição?

21)Quando você chegou à instituição, você sentiu falta de alguma coisa?

22)O que você fazia para se sentir melhor?

Quanto à família

23)Você tem visto o pessoal da sua casa?Gostaria de vê-los mais? Sim ou não e por quê?

24)Você sente falta de algo de cãs? Do que ou de quem?

25) O que você está achando de estar indo para casa?Por quê?

26)Antes você via sua família com frequência, fazia visitas?

27)Você via seus irmãos?

28)O que você está achando de estar indo para casa? Por quê?

29)Como era morar com sua família antes de ir para o abrigo?

30)Com quem você se relacionava bem em sua família antes de ir para o abrigo? E com quais não?

31)Quem trabalha na sua casa?

32)Como era sua rotina?

33)O que você imagina quando pensa em morar com sua família de novo?

ANEXO C – ROTEIRO DE ENTREVISTA DE REINserÇÃO PARA CRIANÇAS NA SEGUNDA ETAPA

Data da Entrevista: ___/___/___

- 1) Nome:
- 2) Data de Nascimento:
- 3) Idade:
- 4) Escolaridade:
- 5) Constituição familiar: quem mora na sua casa. Ou quantos irmãos você tem (sexo e idade)?
- 6) Está em casa há quanto tempo?
- 7) Quem mora com você na sua casa?

Quanto à instituição

- 8) Como era viver no abrigo?
- 9) Motivo de entrada no abrigo:
- 10) Você tinha amigos lá?
- 11) Como era sua relação com eles?
- 12) Que atividades você realizava lá?
- 13) Como era sua relação com as outras crianças e os outros adolescentes do abrigo?
- 14) Como era sua relação com as monitoras de lá? Como elas te cuidavam?
- 15) Vocês conversavam? Sobre o quê?
- 16) Quando você precisava de alguma coisa, para quem você pedia?
- 17) Quando você estava feliz, para quem você contava no abrigo?
- 18) E quando você estava triste, você dividia com alguém? Quem?
- 19) Se você tivesse uma sugestão para melhorar o dia-a-dia do abrigo, você falava para alguém? Quem? Se sim, como esta sugestão era recebida?
- 20) Como era para você morar na instituição?
- 21) O que você fazia para se divertir?
- 22) Qual é a diferença que você percebe entre morar na instituição e em casa?
- 23) Do que mais está sentindo falta do abrigo?
- 24) E do que não sente falta?
- 25) Quando você chegou à instituição, o que sentiu? Qual foi sua primeira impressão?
- 26) Como foi para você se adaptar quando você chegou à instituição?
- 27) Quando você chegou à instituição, você sentia falta de alguma coisa?
- 28) O que fazia para se sentir melhor?
- 29) Você tem visto o pessoal da instituição? Gostaria de vê-los mais? Sim ou não e por quê?
- 30) Você sente falta de algo da instituição? Do que ou de quem?
- 31) O que você faz para se sentir melhor nestes momentos?

Quanto à família

- 32) Antes de voltar para casa, você via sua família com frequência, fazia vistas?
- 33) Você via seus irmãos?
- 34) O que você está achando de estar em casa? Por quê?
- 35) Como era morar com sua família antes de ir para o abrigo?
- 36) Com quem você se relacionava bem em sua família antes de ir para o abrigo? E com quais não?
- 37) Quem trabalha na sua casa?
- 38) Como é sua rotina?
- 39) Como está sendo sua adaptação à vizinhança e ao restante da família?
- 40) Aponte uma coisa boa e uma coisa ruim de ter voltado para casa?

- 41) Que dificuldades estão sendo percebidas até este momento? Como você as resolve?
- 42) Com quem você mais pode contar neste momento (família ou não)?
- 43) Com quem você sente que não pode contar neste momento (família ou não)?
- 44) Na sua opinião, como está sendo para sua mãe (ou c/quem esteja) tê-la novamente em casa?
 - 45) Você dividi com alguém as coisas boas e ruins que vivencia? Se sim, com quem?
 - 46) De que forma esta pessoa tenta confortá-la nos momentos ruins?
 - 47) Morar novamente com sua família está sendo como você imaginou? Se não, o que está diferente? Está sendo melhor ou pior do que esperava?

ANEXO D – ROTEIRO DE ENTREVISTA DE REINserÇÃO PARA OS FAMILIARES NA 1ª ETAPA

Data da Entrevista: ____/____/____.

- 1) Nome do responsável:
- 2) Nome do participante:
- 3) Grau de parentesco:
- 4) Idade:
- 5) Trabalho/ocupação:
- 6) você conta com ajuda de alguém para cuidar da casa? Quem e que tipo de ajuda?
- 7) Filhos (nome e idade):
- 8) Você visita o participante no abrigo, com que frequência?
- 9) Quando você quer saber notícia dele, a quem você se dirige?(outra pessoa, usa o telefone).
- 10) Quais são as principais características do participante (nomear no momento da entrevista)?
- 11) Como foi o processo de entrada dele na instituição? O que aconteceu?
- 12) Soube pela documentação que veio por negligência? Como é isso? O que você entende por negligência?
- 13) Como são as pessoas que trabalham no abrigo? Como você vê o trabalho da equipe?
- 14) Aponte um aspecto bom e outro ruim do participante morar no abrigo.
- 15) Você conhece os amigos do participante na instituição?
- 16) Como é o rendimento escolar do participante?
- 17) Como é a sua participação na vida escolar dele?
- 18) Que condições precisam mudar para ele estar voltando para casa ?
- 19) O que impede que ele volte para casa?
- 20) Como acha que vai ser a adaptação do participante à rotina familiar?
- 21) Como foi a institucionalização do participante para o restante da família?
- 22) Como foi a expectativa do restante da família quanto ao retorno do participante à família?
- 23) Que dificuldades você pensa que irá enfrentar quando ele retornar à família?
- 24) Como poderá resolver tais dificuldades?
- 25) Você julga positivo ou não o retorno do participante à família? Por quê?
- 26) Como se sente ao pensar no retorno dele (a) para casa?
- 27) Você considera que recebeu algum tipo de apoio especial para o retorno do participante para casa?
- 28) O que considera fundamental para uma criança crescer saudável e protegida?

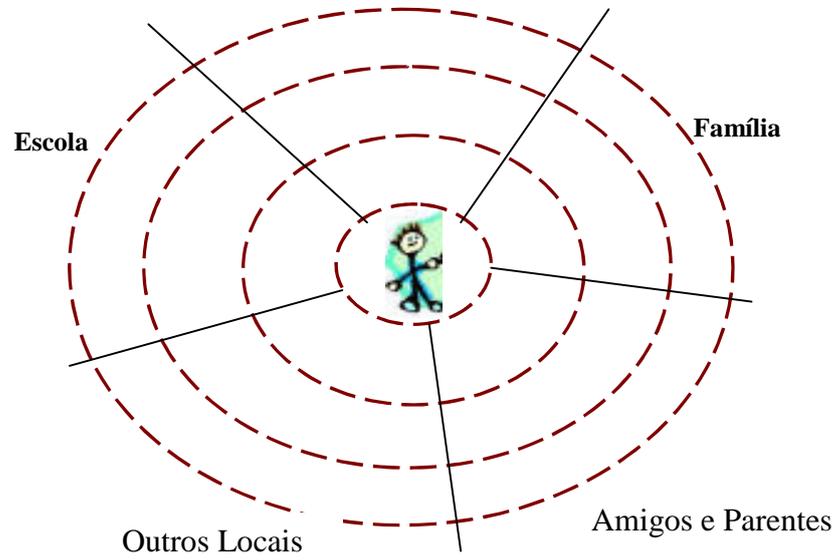
ANEXO E – ROTEIRO DE ENTREVISTA DE REINserÇÃO PARA OS FAMILIARES NA 2ª ETAPA

Data da Entrevista: ____/____/____

- 1) Nome do responsável:
- 2) Nome do participante:
- 3) Grau de parentesco:
- 4) Idade:
- 5) Trabalho/ocupação:
- 6) Você conta com ajuda de alguém para cuidar da casa? Quem e que tipo de ajuda?
- 7) Filhos (nome e idade):
- 8) Você ia visitar o participante no abrigo, com que frequência?
- 9) Quando você queria saber notícias dele, a quem você se dirige? (Outra pessoa, usa o telefone).
- 10) Quais são as principais características do participante (nomear no momento da entrevista)?
- 11) Como foi o processo de entrada dele na instituição? O que aconteceu?
- 12) Como são as pessoas que trabalham no abrigo?
- 13) Aponte um aspecto bom e um aspecto ruim do participante morar no abrigo.
- 14) Você conheceu os amigos do participante?
- 15) Como é o rendimento escolar do participante?
- 16) Como é sua participação na vida escolar dele?
- 17) Que condições mudaram para ele voltar para casa?
- 18) O que impedia que ele voltasse antes para casa?
- 19) Como está sendo a adaptação do participante à rotina familiar?
- 20) Como era a expectativa do restante da família quanto ao retorno do participante à família?
- 21) Que dificuldades você pensa que irá enfrentar?
- 22) Como poderá resolver tais dificuldades?
- 23) Como está sendo a convivência nestes primeiros meses do retorno do participante?
- 24) Ele está indo para a Escola?
- 25) Que dificuldades você está enfrentando com ele?
- 26) Como você está resolvendo-as?
- 27) Como é a rotina do participante?
- 28) Ele pede ajuda para você quando necessita?
- 29) Que tipo de ajuda?
- 30) Como você corresponde neste caso?
- 31) Você julga positivo ou não o retorno do participante à família? Por quê?
- 32) O participante conta coisas de sua vida para você? Se sim, como você age nestes momentos?
- 33) Como são as amizades dele? Você aprova estes ou não? Por quê?
- 34) Quem é o (a) melhor amigo (a) do participante?

ANEXO E – INSTRUMENTO MAPA DOS CINCO CAMPOS

Instituição de Acolhimento



ANEXO G – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Instituição - Família

Pesquisa: Uma nova vida na mesma vida:um estudo de reinserção familiar

Esta pesquisa que tem como finalidade buscar entender como os adolescentes percebem o processo de retorno ao lar de origem e como este movimento instituição-família pode vir a constituir-se como fator de proteção e promotor de desenvolvimento de adolescentes institucionalizadas. Este estudo prevê a participação de um adolescente que tenham permanência na instituição de acolhimento por pelo menos 6 meses e estejam vivenciando o processo de reinserção em suas famílias de origem. Para tanto serão realizadas observações diárias, entrevistas individuais com o participante e um responsável, com questões que investigarão, este processo de reinserção e adaptação à sua família de origem, bem como com os técnicos responsáveis pelo processo. Todas as informações obtidas nestas entrevistas são anônimas. No relatório dos resultados de pesquisa, os participantes, o nome das instituições serão identificados por nomes fictícios. Todas as informações que possam levar a identificação serão omitidas. No final dos trabalhos, uma cópia dos resultados obtidos, será encaminhada para o conhecimento dos participantes. Esperamos que esta pesquisa proporcione informações importantes sobre as percepções das crianças a respeito do processo realizado para a reinserção familiar. A pesquisa vai procurar contemplar os dados emergentes nos relatos e nas observações para que as instituições de acolhimento possam ser (ou tornarem-se) espaços promotores de desenvolvimento humano para todos. Portanto, os objetivos finais são: auxiliar na melhoria de qualidade de atendimento institucional e auxiliar a planejar ações e estratégias psicoeducacionais que levem em consideração as necessidades dos envolvidos. Agradecemos a colaboração para o desenvolvimento desta atividade de pesquisa e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais. A pesquisadora responsável por esta pesquisa é a pedagoga Raquel Cunha Cruz, sob a supervisão da Profª. Drª Maria Ângela Mattar Yunes, do Programa em Educação Ambiental-FURG. Para contato disponibiliza, os telefones : (53) 32336896, 32301055 ou ainda (53) 81355919 (Raquel) e (51) 99640114 (Profª. Drª. Maria Ângela Mattar Yunes).

Nome do responsável pela instituição pesquisada: _____

Profª Dra. Maria Angela Mattar Yunes

Raquel Cunha Cruz

.....
Concordamos com a participação neste estudo.

Assinatura do responsável: _____

Local e Data: _____